



Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo
Secretaria de Comércio e Serviços
Departamento Nacional de Registro do Comércio

00-2014/426080-8

JUCERJA

3330031079-7

CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A

17 dez 2014 17:25

Guia: 101403696

HASH: D14124260808Q

Pago: 430,00

DNRC » Calculado: 21,00

Pago: 21,00

NIRE (da sede ou da filial, quando a sede for em outra UF)

CÓDIGO DA NATUREZA JURÍDICA

Nº DE MATR. AUXILIAR D

33300310797

205-4
(vide Tabela 1)

Cumprir a exigência no mesmo local da entrada.
ULT. ARQ.: -

Junta » Calculado: 430,00

DNRC » Calculado: 21,00

1- REQUERIMENTO



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nome: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A

Nire: 3330031079-7

Protocolo: 00-2014/426080-8 - 17/12/2014

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NÚMERO

E DATA ABAIXO.

00002711397

DATA: 19/12/2014

Bernardo F. S. Berwanger
SECRETÁRIO GERAL

ADO DO RIO DE JANEIRO

ED S/A

VIAS DO ATO DO EVENTO QTDE. DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO

01 302 AG DEBENTURISMO

2

(vide instruções de preenchimento e Tabela 2)

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: DENIS SILVA

Assinatura: Denis Silva

Telefone de contato: 2101-2250

Rio de Janeiro

Local

17/12/14

Data

2- USO DA JUNTA COMERCIAL

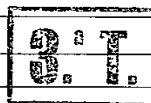
☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) Igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM



Processo em ordem.
A decisão.

Data

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência.
(Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e arquivar-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência.
(Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☒ Processo deferido. Publique-se e arquivar-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

14

17/12/14

Data

Presidente da Turma

Vogal

Vogal

Matr. 353-7

Vogal

Matr.: 397-0

Cândido Oliveira Carneiro de Souza

OBSERVAÇÕES:

113

FORTAN GRÁFICA

REF: 311

AUTORIZAÇÃO ABIGRAF Nº 3

FB

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A

Nire: 33300310797

Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76

Arquivamento: ED33000592-000/2

3



1269877

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA A SER CONVOLADA PARA A ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIAS REAL E FIDEJUSSÓRIA ADICIONAIS, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA CAMPO NOVO RJ PARTICIPAÇÕES S.A.

entre

CAMPO NOVO RJ PARTICIPAÇÕES S.A.
(ATUAL DENOMINAÇÃO SOCIAL DE
CAMPO NOVO RJ LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS S.A.)
como Emissora

e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas

Datado de
16 de dezembro de 2014

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269878

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA A SER CONVOLADA PARA A ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIAS REAL E FIDEJUSSÓRIA ADICIONAIS, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA CAMPO NOVO RJ PARTICIPAÇÕES S.A.

Pelo presente instrumento particular,

CAMPO NOVO RJ PARTICIPAÇÕES S.A., (atual denominação social de Campo Novo RJ Locação de Equipamentos S.A.), sem registro de emissor de valores mobiliários junto à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), sociedade por ações, com sede no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Barão do Flamengo, 22, sala 902, parte, Flamengo, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o n.º 19.560.702/0001-58, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora" ou "Companhia");

e, como agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das debêntures da primeira emissão pública de debêntures da Emissora ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista"),

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 303 e 304, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social, representando a comunhão dos Debenturistas da presente emissão ("Agente Fiduciário");

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária a ser convolada para a Espécie com Garantia Real e Garantias Real e Fidejussória Adicionais, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Campo Novo RJ Participações S.A." ("Escritura de Emissão"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÃO**

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização da Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora, realizada em 16 de dezembro de 2014 ("AGE") na

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2

Σ



1269879

qual foram deliberadas e aprovadas as condições da Emissão (conforme definido abaixo), conforme disposto no artigo 59 da Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

1.2. Por meio da AGE, a Diretoria da Emissora foi autorizada a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas na AGE, incluindo a celebração de todos os documentos necessários à concretização da Emissão (conforme definido abaixo), inclusive o Contratos de Alienação Fiduciária (conforme definido abaixo) e o Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo).

CLÁUSULA II REQUISITOS

A 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, ou seja, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária a ser convolada para a Espécie com Garantia Real e Garantias Real e Fidejussória Adicionais, da Emissora ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Oferta Restrita" e "Instrução CVM 476", respectivamente) será realizada com observância aos seguintes requisitos:

2.1. DISPENSA DE REGISTRO NA CVM

2.1.1. A Oferta Restrita será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.2 REGISTRO NA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITALIS – ANBIMA

2.2.1. Por se tratar de oferta para a distribuição pública com esforços restritos de distribuição, a Oferta Restrita deverá ser registrada perante a ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais se as diretrizes específicas a serem ainda expedidas pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA forem divulgadas até o envio da comunicação de encerramento da Oferta à CVM, nos termos do artigo 1º, parágrafo 2º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", em vigor desde 3 de fevereiro de 2014, exclusivamente para fins de compor a base de dados da ANBIMA.

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269880

2.3. ARQUIVAMENTO NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E PUBLICAÇÃO DA ATA DA AGE

A ata da AGE que deliberou sobre a Emissão será arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") e, posteriormente, publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal "Diário Comercial", em conformidade com o artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. REGISTRO DESTA ESCRITURA DE EMISSÃO E DE SEUS ADITAMENTOS

Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão registrados na JUCERJA, de acordo com o artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, sendo certo que 1 (uma) via original da presente Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos serão enviados ao Agente Fiduciário tempestivamente após o devido registro na JUCERJA.

2.5. REGISTRO PARA DISTRIBUIÇÃO, NEGOCIAÇÃO E CUSTÓDIA ELETRÔNICA

2.5.1. As Debêntures serão registradas para: (i) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (ii) negociação no mercado secundário por meio da Plataforma Eletrônica de Negociação ("Cetip Trader") e/ou do CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.5.2. Não obstante o descrito no item 2.5.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado (conforme abaixo definido), conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.6. OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

Nos termos de seu estatuto social, constitui objeto social da Emissora a participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista.

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269881

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. NÚMERO DE SÉRIES

A Emissão será realizada em série única.

3.2. VALOR DA EMISSÃO

O valor da Emissão ("Valor da Emissão") será de R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão, conforme definido no item 4.2. abaixo.

3.3. QUANTIDADE DE DEBÊNTURES

Serão emitidas 35.000 (trinta e cinco mil) Debêntures.

3.4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures serão destinados integralmente à subscrição e integralização de 4.593.353 (quatro milhões quinhentos e noventa e três mil trezentos e cinquenta e três) ações ordinárias de emissão da **ODEBRECHT AMBIENTAL – PROJETOS AMBIENTAIS S.A.**, sociedade por ações, com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Lemos Monteiro, nº 120, Butantã, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.384.741/0001-93 ("Odebrecht Projetos Ambientais"), correspondentes a 30% (trinta) por cento do capital social total da Odebrecht Projetos Ambientais.

3.5. NÚMERO DA EMISSÃO

Esta Escritura de Emissão representa a 1ª (primeira) emissão para distribuição pública de debêntures da Emissora.

3.6. BANCO LIQUIDANTE E ESCRITURADOR MANDATÁRIO

3.6.1. O banco liquidante da Emissão será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 – Torre Olavo Setúbal, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante"). O escriturador mandatário das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269882

com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Escriturador Mandatário").

3.6.2. As definições constantes desse item incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante ou o Escriturador Mandatário, conforme aplicável, na prestação dos serviços previstos no item 3.6.1 acima.

3.7. TRATAMENTO TRIBUTÁRIO E IMUNIDADE DE DEBENTURISTAS

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. REGIME DE COLOCAÇÃO E PLANO DE DISTRIBUIÇÃO

4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do Banco BTG Pactual S.A., com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3477, 10º ao 15º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.306.294/0002-26 ("Coordenador Líder"), conforme o "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária a ser convolada para a Espécie com Garantia Real e Garantias Real e Fidejussória Adicionais, em Série Única, em Regime de Garantia Firme de Colocação, da Primeira Emissão da Campo Novo RJ Participações S.A." a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição").

4.1.2. O plano de distribuição observará o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, o Coordenador Líder poderá procurar no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados (conforme abaixo definido), sendo possível a subscrição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme abaixo definido).

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269883

9

4.1.2.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, serão considerados "Investidores Qualificados" aqueles investidores referidos no artigo 109 da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), observado que: (a) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

4.1.2.2. No ato de subscrição das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando que efetuaram sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora, atestando adicionalmente estar cientes de que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e poderá ser registrada perante a ANBIMA, conforme aplicável; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os seus termos e condições.

4.1.3. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

4.1.4. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

4.2. DATA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15 de dezembro de 2014 ("Data de Emissão").

4.3. VALOR NOMINAL UNITÁRIO DAS DEBÊNTURES

O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.4. FORMA, TIPO E CONVERSIBILIDADE; COMPROVAÇÃO DA TITULARIDADE DAS DEBÊNTURES

4.4.1. As Debêntures serão nominativas, escriturais, sem a emissão de cautela e não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. ✓

TEXT_SP 9089592\4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269884

10

4.4.2. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures, o Escriturador Mandatário. Adicionalmente, tendo em vista que as Debêntures serão custodiadas eletronicamente na CETIP, será expedido, por esta, extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.

4.5. ESPÉCIE

As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, e serão posteriormente convoladas para a espécie com garantia real e garantias real e fidejussória adicionais.

4.6. GARANTIA

As Debêntures contarão com as seguintes garantias a serem constituídas oportunamente em termos satisfatórios aos Debenturistas.

4.6.1. Alienação Fiduciária de Ações da Odebrecht Projetos Ambientais

4.6.1.1. Uma vez concluída a subscrição e integralização, pela Emissora, das ações da Odebrecht Projetos Ambientais, conforme descrito na Cláusula 3.4., as Debêntures passarão a ser garantidas pela alienação fiduciária de 4.593.353 (quatro milhões quinhentos e noventa e três mil trezentos e cinquenta e três) ações ordinárias representativas de 30% (trinta) por cento do capital social de emissão da Odebrecht Projetos Ambientais ("Participação Societária na Odebrecht Projetos Ambientais").

4.6.1.2. A alienação fiduciária sobre a Participação Societária na Odebrecht Projetos Ambientais será celebrada por meio de um "Instrumento Particular de Constituição de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças" entre a Emissora, o Agente Fiduciário, a Odebrecht Projetos Ambientais e a Odebrecht Ambiental S.A. ("Contrato de Alienação Fiduciária da Odebrecht Projetos Ambientais") assim que ocorrer a subscrição e integralização da Participação Societária na Odebrecht Projetos Ambientais e desde que aprovada em assembleia geral de debenturistas, conforme previsto na Cláusula VII desta Escritura de Emissão.

4.6.1.3. A Odebrecht Projetos Ambientais deverá efetuar as averbações e registros da constituição da alienação fiduciária conforme previsto no Contrato de Alienação Fiduciária da Odebrecht Projetos Ambientais.

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269885

11

4.6.2. Alienação Fiduciária de Ações da Emissora

4.6.2.1. As Debêntures contarão com a alienação fiduciária de 900 (noventas) ações ordinárias representativas de 100% (cem por cento) do capital social de emissão da Emissora e detidas pela **LESTE PARTICIPAÇÕES LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ataulfo de Paiva, nº 1.100, sala 502, parte, Leblon, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.408.534/0001-21 ("Leste Participações") e por Dênis Silva, brasileiro, casado, biólogo, portador da Cédula de Identidade RG nº 25251401-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 261.545.838-85, residente e domiciliado na Cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Oscar Weinschenck nº 183/101, Centro.

4.6.2.2. A alienação fiduciária sobre as ações de emissão da Emissora será celebrada oportunamente por meio de um "Instrumento Particular de Constituição de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças" entre a Leste Participações, o Dênis Silva, acima qualificado, o Agente Fiduciário e a Emissora ("Contrato de Alienação Fiduciária da Emissora") e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária da Odebrecht Projetos Ambientais, os "Contratos de Alienação Fiduciária".

4.6.2.3. A Emissora deverá efetuar as averbações e registros da constituição da alienação fiduciária conforme previsto no Contrato de Alienação Fiduciária da Emissora.

4.6.3. Garantia Fidejussória

4.6.3.1. Para assegurar o cumprimento das obrigações pecuniárias, principais e acessórias, assumidas nesta Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se a, entre 1 de junho de 2015 até 30 de janeiro de 2016, a entregar em favor dos debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, uma carta de fiança. O fiador assumirá, em caráter irrevogável e irretratável, como fiador e principal pagador, solidariamente responsável com a Emissora, dos valores devidos nos termos desta Escritura de Emissão, conforme os termos e condições abaixo, incluindo despesas incorridas pelo Agente Fiduciário para excussão de qualquer garantia prevista nesta Escritura de Emissão. Para os fins aqui previstos, a carta de fiança deverá atender os requisitos abaixo e deverá ser emitida na forma do modelo Anexo I ao presente instrumento ("Carta de Fiança").

4.6.3.2. A critério da Emissora, o fiador poderá ser qualquer uma das seguintes instituições financeiras: (i) Banco Itaú Unibanco S.A., (ii) Banco Bradesco S.A., (iii) Banco do Brasil S.A., (iv) Caixa Econômica Federal, (v) HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, (vi) Banco Citibank S.A., ou (vii) Banco BTG Pactual S.A. ✓

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269886

4.6.3.3. Alternativamente, a Emissora poderá solicitar ao Agente Fiduciário a aprovação de fiador distinto de qualquer daqueles dispostos no item acima, devendo o Agente Fiduciário submeter a respectiva solicitação à aprovação dos Debenturistas.

4.6.3.4. Na hipótese de o fiador não for qualquer uma das instituições financeiras listadas no item 4.6.3.2 acima, o fiador deverá observar, desde a emissão da Carta de Fiança até a Data de Vencimento, as obrigações abaixo, ressalvado o direito de os Debenturistas de exigir obrigações adicionais para aprovação desse fiador:

- (a) obter e manter classificação de risco (*rating*) de longo prazo internacional ("long-term foreign") corporativo do fiador (ou de companhia emissora de dívida dos controladores ou controladas, direta ou indiretamente, do fiador) de pelo menos "BB *flat*" ou "Ba2" divulgada por uma das agências internacionais (Fitch, S&P ou Moody's);
- (b) observar e manter os índices e limites financeiros ("Índices Financeiros") abaixo especificados, acompanhados anualmente pelo Agente Fiduciário até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures, a serem calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas do fiador, ao final de cada exercício social, em até 15 (quinze) dias corridos após a divulgação das respectivas demonstrações financeiras consolidadas do fiador, sendo que o primeiro acompanhamento ocorrerá com base nos números divulgados pelo fiador referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014:

	Índice
Dívida Líquida/EBITDA	Inferior ou igual a 5

Onde:

- i. considera-se como "Dívida Líquida", a soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, o saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos em que o fiador seja parte, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras auditadas do fiador, classificadas no passivo circulante e exigível de longo prazo do fiador menos as disponibilidades. Os casos de avais, fianças e outras garantias prestadas mantidas fora do balanço do fiador, considerar-se-ão como dívida.
- ii. considera-se como "EBITDA", o lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269887

13

renda e da contribuição social, adicionando-se (a) despesas não operacionais; (b) despesas financeiras; (c) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto) e (d) provisão de manutenção; e excluindo-se (a) receitas não operacionais; e (b) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice.

4.6.3.5. O fiador obrigará-se-á, em caráter irrevogável e irretratável, como fiador, responsável solidariamente à Emissora como principal pagador das Obrigações Garantidas (conforme definido abaixo) oriundas das Debêntures desta Emissão, nos termos desta Escritura de Emissão e em conformidade com os artigos 818 e seguintes da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (“Código Civil”).

4.6.3.6. O fiador, por meio da Carta de Fiança, (i) reconhece como prazo determinado da fiança o período de 60 (sessenta) dias após a Data de Vencimento, (ii) renuncia, nos termos do artigo 828, I e II, do Código Civil, renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 821, 827, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil e 77 e 595 da Lei 5.869 de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada (“Código de Processo Civil”), (iii) declara conhecimento integral dos termos da presente Escritura de Emissão, dos Contratos de Alienação Fiduciária e do Contrato de Cessão Fiduciária, conforme o caso; e (iv) adere, de forma incondicional, ao disposto neste item 4.6.3, o qual vinculará e regulará, de pleno direito, os termos da fiança.

4.6.3.7. O valor da Carta de Fiança deverá abranger o valor total das obrigações inerentes à Emissão, o qual inclui: (i) o Valor Nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, se for o caso, calculados nos termos desta Escritura de Emissão; bem como (ii) todos os acessórios ao principal, inclusive o Custo de Antecipação (conforme definido abaixo), as despesas e custas judiciais, honorários e despesas com assessor legal, honorários e despesas com Agente Fiduciário, incluindo no caso de excussão de garantias, Banco Mandatário, CETIP e verbas indenizatórias, quando houver, nos termos do artigo 822 do Código Civil (“Obrigações Garantidas”).

4.6.3.8. O fiador deverá pagar as Obrigações Garantidas, no prazo estipulado na Carta de Fiança, contado a partir da data de envio de comunicação por escrito pelo Agente Fiduciário ao fiador (“Notificação de Pagamento”).

4.6.3.9. O pagamento das Obrigações Garantidas deverá ser efetuado independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações e será realizado mediante depósito à vista, em moeda nacional, em conta corrente a

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269888

14

ser indicada pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em momento oportuno, sendo todos os pagamentos realizados pelo fiador líquidos de deduções ou retenções fiscais de tal forma que os Debenturistas recebam quantia igual à que receberia caso o pagamento fosse feito na forma estabelecida na Escritura de Emissão. O pagamento deverá ser realizado fora do âmbito da CETIP e de acordo com instruções razoáveis recebidas do Agente Fiduciário.

4.6.3.10. A Carta de Fiança será exigível pelo valor total das Obrigações Garantidas, de forma a que o fiador possa sub-rogar-se nos direitos dos Debenturistas, na forma do item 4.6.3.11 abaixo, caso realize o pagamento das Obrigações Garantidas. Uma vez excutida todas as garantias aqui previstas, a Emissora mais nada deverá ao fiador.

4.6.3.11. O comprovante de transferência de recursos feito pelo fiador aos Debenturistas na forma prevista na Notificação de Pagamento servirá como comprovante de quitação das obrigações assumidas para os fins do art. 831 do Código Civil. Honrada a Carta de Fiança, o fiador sub-rogar-se-á imediata, integral e ilimitadamente nos direitos, ações, privilégios e garantias dos Debenturistas, na qualidade de detentor das Debêntures, inclusive com relação ao Contrato de Alienação Fiduciária da Odebrecht Projetos Ambientais e a todos os demais direitos previstos na Escritura de Emissão. Os Debenturistas e o Agente Fiduciário não poderão praticar qualquer ato que venha prejudicar a sub-rogação pelo fiador e o exercício dos direitos dela decorrentes.

4.6.3.12. A fiança aqui prevista será exigível, a qualquer tempo, nas hipóteses previstas na Cláusula 4.15.1, alíneas (a), (d), (f), (g), (i), (k), (n), (o), (q), (r), (t), (v), (x), (z), (bb), (cc), (ee), (gg), (ii), (jj), (ll), (mm), (pp), (rr) ou (ss). Com relação às demais hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 4.15.1, fica desde já entendido que a Carta de Fiança somente será exigível a partir da Data de Vencimento das Debêntures, inclusive.

4.6.4. Cessão Fiduciária

4.6.4.1. As Debêntures serão garantidas, ainda, pela cessão fiduciária de direitos e créditos originalmente detidos pela Emissora e que serão utilizados para integralizar o capital social da Odebrecht Projetos Ambientais e será celebrada por meio de um "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária em Garantia" entre a Emissora, o Agente Fiduciário, e o Banco BTG Pactual S.A., na qualidade de banco depositário ("Contrato de Cessão Fiduciária"). Ato contínuo, após a integralização, a Odebrecht Projetos Ambientais passará ser a fiduciante desses direitos e créditos por meio da celebração de um aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária.

4.6.4.2. O Contrato de Cessão Fiduciária deverá ser celebrado até a data de integralização das Debêntures.

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269889

4.6.4.3. Somente após a emissão de fiança nos termos desta Escritura de Emissão, os recursos dados em garantia no Contrato de Cessão Fiduciária poderão ser desonerados.

4.6.5. Os Contratos de Alienação Fiduciária, o Contrato de Cessão Fiduciária e a Carta de Fiança são denominados em conjunto os "Contratos de Garantia".

4.6.5.1. Os Contratos de Garantia deverão permanecer em pleno vigor e efeito até o cumprimento integral das obrigações oriundas das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão pela Emissora, observado o disposto na Cláusula 4.6.4.3 acima.

4.6.5.2. Os Contratos de Garantia, conforme aplicável, permanecerão em vigor em caso de sub-rogação dos direitos dos Debenturistas.

4.6.5.3. Após a integralização das Debêntures e na ocorrência de qualquer dos eventos mencionados acima, a Emissora e o Agente Fiduciário obrigam-se a aditar esta Escritura de Emissão, nos termos do modelo constante do Anexo II a esta Escritura de Emissão, para alterar a espécie das Debêntures, ficando, desde já, o Agente Fiduciário autorizado a celebrar o respectivo aditamento. Cada aditamento à Escritura deverá ser celebrado na mesma data da formalização de cada garantia mencionada acima e deverá ser protocolizado para registro na JUCERJA no prazo de 5 (cinco) dias consecutivos a contar de sua assinatura. Após a celebração do aditamento que irá alterar a espécie das Debêntures, a Emissora deverá entregar uma cópia desse aditamento à CETIP.

4.7. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E FORMA DE INTEGRALIZAÇÃO

4.7.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário ("Preço de Subscrição").

4.7.2. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, pelo Preço de Subscrição, em moeda corrente nacional, em uma única data, de acordo com os procedimentos aplicáveis da CETIP, a partir da data de início de distribuição ("Data de Integralização").

4.8. DATA DE VENCIMENTO

A data de vencimento das Debêntures será 15 de dezembro de 2017 ("Data de Vencimento"). Na Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.

4.9. AMORTIZAÇÃO DO PRINCIPAL

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269890

O Valor Nominal Unitário das Debêntures ou Saldo do Valor Nominal Unitário (conforme abaixo definido) será amortizado em uma única parcela, na Data de Vencimento.

4.10. REMUNERAÇÃO DAS DEBÊNTURES

4.10.1. Sobre o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário (conforme abaixo definido), conforme aplicável, incidirão juros correspondentes à variação acumulada de 135% (cento e trinta e cinco por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na rede mundial de computadores (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), desde a Data de Integralização até a data do seu efetivo pagamento, que deve ocorrer ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo) ("Remuneração das Debêntures" ou simplesmente "Remuneração").

O cálculo da Remuneração das Debêntures obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde:

J	valor unitário da Remuneração das Debêntures devida no final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;
VNe	Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário (conforme abaixo definido), conforme aplicável, no início de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
FatorDI	produtório das Taxas DI, com uso de percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n \left(1 + TD_{I_k} \times \frac{p}{100} \right)$$

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269891

14

onde:

- k número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n ;
 n número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), sendo " n " um número inteiro;
 p 135,00 (cento e trinta e cinco inteiros);
 TDI_k Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k \times p/100)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k \times p/100)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada, em sua substituição, na apuração de TDI_k

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269892

18

a divulgada a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.


Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos abaixo quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures.

4.10.2. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Taxa DI, ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar, no primeiro Dia Útil subsequente ao término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos acima, assembleia geral de debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas") (no modo e prazos estipulados na Cláusula VII desta Escritura de Emissão e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação dos Debenturistas, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado interbancário vigentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro, serão utilizadas, para o cálculo da Remuneração das Debêntures, a última Taxa DI divulgada oficialmente na apuração do Fator DI, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro da Remuneração das Debêntures.

4.10.2.1. Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração das Debêntures entre a Emissora e os Debenturistas representando no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido), a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido), cancelando-as subsequentemente, no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, ou em prazo a ser definido pelos Debenturistas representando no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido), de comum acordo com a Emissora, pelo seu Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo), conforme aplicável, acrescido da Remuneração das Debêntures devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Integralização, sem multa ou prêmio de qualquer natureza. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração das Debêntures, será utilizada para cálculo da Remuneração das Debêntures, a última Taxa DI disponível.

4.10.2.2. Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, esta não será mais realizada e a Taxa DI então divulgada, a partir da respectiva data de referência, será utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures.

TEXT_SP 9089592v4 1086/66


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269893

19

4.10.3. Para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures, define-se “Período de Capitalização” como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização, inclusive, e termina na Data de Pagamento de Remuneração correspondente ao período, exclusive, quer seja a Data de Vencimento ou a data de vencimento antecipado das Debêntures.

4.10.4. Define-se “Saldo do Valor Nominal Unitário” como o Valor Nominal Unitário remanescente, conforme aplicável.

4.10.5. O pagamento da Remuneração das Debêntures será devido em uma única parcela, na Data de Vencimento ou na data de eventual Resgate Antecipado Obrigatório ou Amortização Extraordinária, conforme aplicável, (“Data de Pagamento da Remuneração”).

4.10.5.1. Farão jus aos pagamentos das Debêntures aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil anterior a cada data de pagamento das Debêntures.



4.10.6. Se ocorrer o Resgate Antecipado Obrigatório, Amortização Extraordinária (conforme definidos abaixo) ou vencimento antecipado das Debêntures após 180 (cento e oitenta) dias da Data de Emissão, o valor devido pela Emissora em razão dessa antecipação deverá ser acrescido de custo de antecipação de 1% (um por cento) (“Custo de Antecipação”) sobre o montante recebido antecipadamente.

4.11. REPACTUAÇÃO


As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.12. RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO OU AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

4.12.1. As Debêntures não estarão sujeitas ao resgate antecipado facultativo pela Emissora, total ou parcial.

4.12.2. As Debêntures deverão ser amortizadas extraordinariamente (“Amortização Extraordinária”) sempre que a Odebrecht Projetos Ambientais efetuar o pagamento de dividendos, lucros, juros sobre capital próprio ou quaisquer direitos relacionados à Participação Societária na Odebrecht Projetos Ambientais. O valor da Amortização Extraordinária deverá corresponder montante recebido pela Emissora à título de Participação Societária na Odebrecht Projetos Ambientais. Para os fins aqui previstos, a Emissora deverá notificar o Agente Fiduciário na mesma data dos atos societários que vierem a deliberar o pagamento de dividendos, lucros, juros sobre capital próprio ou quaisquer direitos relacionados à Participação Societária na Odebrecht Projetos Ambientais.  

TEXT_SP_9089592v4_1086/66


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269894

20


4.12.2.1. A Amortização Extraordinária deverá ocorrer por meio de comunicação enviada pela Emissora aos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário e CETIP, ou mediante publicação de aviso aos Debenturistas nos termos da cláusula 4.20. abaixo ("Comunicação de Amortização Extraordinária"), com antecedência de 2 (dois) Dias Úteis no qual deverá descrever os termos e condições da Amortização Extraordinária, incluindo (a) a data em que será realizada a Amortização Extraordinária; (b) menção ao valor a ser pago aos Debenturistas a título de Amortização Extraordinária; e (c) qualquer outra informação relevante para os Debenturistas.

4.12.2.2. O pagamento das Debêntures Amortização Extraordinária será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, e/ou (ii) mediante depósito em contas correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, no caso de Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.


4.12.2.3. O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização até a data do efetivo pagamento devido em razão da amortização extraordinária.

4.13. RESGATE ANTECIPADO OBRIGATÓRIO

4.13.1. A partir do 35º (trigésimo quinto) mês a contar da Data de Emissão, a Emissora deverá resgatar as Debêntures, na sua totalidade, caso a Emissora venha a vender, ceder ou transferir, parcial ou totalmente, as ações detidas no capital social da Odebrecht Projetos Ambientais. O resgate das Debêntures deverá ser realizado pelo Valor Nominal Unitário ou o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização até a data do efetivo resgate antecipado obrigatório das Debêntures em Circulação, bem como dos Encargos Moratórios, se houver ("Resgate Antecipado Obrigatório").

4.13.1.1. O Resgate Antecipado Obrigatório deverá ocorrer por meio de comunicação enviada pela Emissora aos Debenturistas, à CETIP, com cópia ao Agente Fiduciário, ou mediante publicação de aviso aos Debenturistas nos termos da cláusula 4.20. abaixo ("Comunicação de Resgate Antecipado Obrigatório"), com antecedência de 2 (dois) Dias Úteis no qual deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado, incluindo (a) a data em que será realizado o Resgate Antecipado Obrigatório; (b) menção ao valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado Obrigatório; e (c) qualquer outra informação relevante para os Debenturistas. 

TEXT_SP 9089592v4 1086/66


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269895

21

4.13.1.2. O pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio do Resgate Antecipado Obrigatório será feito: (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, e/ou (ii) mediante depósito em contas correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Liquidante, no caso de Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.13.1.3. O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido (a) da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização até a data do efetivo pagamento devido em razão do resgate antecipado.

4.13.1.4. Não haverá a possibilidade de a Emissora realizar o Resgate Antecipado Obrigatório parcial das Debêntures.

4.13.1.5. O produto da alienação de ações de titularidade da Emissora no do capital social da Odebrecht Projetos Ambientais deverá ser utilizado para o pagamento do Resgate Antecipado Obrigatório. Se o produto da alienação do capital social da Odebrecht Projetos Ambientais for inferior ao Resgate Antecipado Obrigatório, a Emissora continuará responsável pelo pagamento integral das obrigações oriundas das Debêntures e poderá efetuar esse pagamento fora do ambiente da CETIP, neste caso, as debêntures não estarão custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.13.1.6. As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos aqui previstos deverão ser canceladas pela Emissora, observada a regulamentação em vigor.

4.14. AQUISIÇÃO FACULTATIVA

A Emissora não poderá realizar a aquisição facultativa das Debêntures.

4.15. VENCIMENTO ANTECIPADO

4.15.1. Observado o disposto nos itens 4.15.2 a 4.15.4 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização, incluindo o Custo de Antecipação (conforme definido acima), custos e/ou despesas adicionais que os Debenturistas venham a incorrer em razão da declaração de vencimento antecipado das Debêntures (*break-fund costs*), até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência das seguintes hipóteses (cada um, um “Evento de Vencimento Antecipado”):

✓

TEXT_SP 9089592v3 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269896

22

- (a) inadimplemento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures ou estabelecida na presente Escritura de Emissão;
- (b) inadimplemento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista na presente Escritura de Emissão (incluindo, mas não se limitando a, obrigações oriundas dos Contratos de Alienação Fiduciária ou do Contrato de Cessão Fiduciária, conforme aplicável), não sanada no prazo de 20 (vinte) Dias Úteis contados da data do inadimplemento ou no prazo estabelecido para sanar o inadimplemento, se houver;
- (c) se ocorrer a alteração de controle indireto da Emissora;
- (d) se ocorrer a alteração de controle direto e indireto da (i) Odebrecht Projetos Ambientais e suas controladas; e/ou (ii) da Odebrecht Ambiental S.A. ("Odebrecht Ambiental") e, em conjunto com a Odebrecht Projetos Ambientais e as controladas diretas e indiretas da Odebrecht Projetos Ambientais, o "Grupo Econômico da Odebrecht Ambiental";
- (e) inadimplemento da Emissora, ainda que na condição de garantidora, de obrigação de qualquer valor individual ou agregado superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas;
- (f) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária ou declaração de vencimento antecipado de qualquer sociedade do Grupo Econômico da Odebrecht Ambiental, decorrente de inadimplemento, ainda que na condição de garantidora, de obrigação de qualquer valor individual ou agregado superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, exceto se tal inadimplemento ou vencimento antecipado ocorrer em obrigação contraída junto a qualquer dos Debenturistas, caso em que não haverá valor mínimo para declaração de vencimento antecipado das Debêntures;
- (g) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária ou declaração de vencimento antecipado da Odebrecht S.A., decorrente de inadimplemento, ainda que na condição de garantidora, de obrigação de qualquer valor individual ou agregado superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, exceto se tal inadimplemento ou vencimento antecipado ocorrer em obrigação contraída junto a qualquer dos Debenturistas, caso em que não haverá valor mínimo para declaração de vencimento antecipado das Debêntures;
- (h) caso qualquer das declarações e garantias prestadas pela Emissora ou Leste Participações, conforme aplicável, em qualquer documento relacionado às Debêntures (incluindo, mas

TEXT_SP 9089592v6 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269897

23

não se limitando a, esta Escritura de Emissão e aos Contratos de Alienação Fiduciária) provarem-se, em aspectos relevantes, falsas, incorretas ou enganosas;

- (i) caso qualquer das declarações e garantias prestadas por qualquer sociedade do Grupo Econômico da Odebrecht Ambiental, conforme aplicável, em qualquer documento relacionado às Debêntures (incluindo, mas não se limitando a, esta Escritura de Emissão, aos Contratos de Alienação Fiduciária, Contrato de Cessão, no contrato de subscrição de ações (ou acordo de investimento) a ser celebrado entre Odebrecht Ambiental S.A., Campo Novo RJ Participações S.A., Odebrecht Ambiental – Projetos Ambientais S.A., dentre outros (“Acordo de Investimento”), no contrato de depósito a ser celebrado pela Odebrecht Ambiental – Projetos Ambientais S.A., Odebrecht Ambiental S.A., Odebrecht S.A., Campo Novo RJ Participações S.A., Banco BTG Pactual S.A., dentre outros (“Contrato de Depósito”) ou no Acordo de Acionistas) provarem-se, em aspectos relevantes, falsas, incorretas ou enganosas;
- (j) (i) decretação de falência da Emissora; (ii) pedido de autofalência pela Emissora; (iii) pedido de falência da Emissora formulado por terceiros não elidido no prazo legal, (iv) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (v) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;
- (k) (i) decretação de falência de qualquer sociedade do Grupo Econômico da Odebrecht Ambiental; (ii) pedido de autofalência de qualquer sociedade do Grupo Econômico da Odebrecht Ambiental; (iii) pedido de falência de qualquer sociedade do Grupo Econômico da Odebrecht Ambiental formulado por terceiros não elidido no prazo legal, (iv) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial de qualquer sociedade do Grupo Econômico da Odebrecht Ambiental, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (v) liquidação, dissolução ou extinção de qualquer sociedade do Grupo Econômico da Odebrecht Ambiental;
- (l) pagamentos aos acionistas da Emissora de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a Emissora estiver em mora com relação a qualquer de suas obrigações decorrentes das Debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo legal obrigatório previsto no estatuto social da Emissora;
- (m) protestos de títulos contra a Emissora, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), e que não sejam sanados, declarados ilegítimos ou comprovados como tendo sido indevidamente efetuados, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data em que a Emissora tiver ciência da respectiva ocorrência, ou for

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269898

24

demandada em processo de execução e não garantir o juízo ou não liquidar a dívida no prazo estipulado judicialmente ou com o efetivo arresto judicial de bens, ou ainda inadimplirem obrigações em operações financeiras, cujo valor agregado seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);

- (n) protestos de títulos contra qualquer sociedade do Grupo Econômico da Odebrecht Ambiental, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), e que não sejam sanados, declarados ilegítimos ou comprovados ao Agente Fiduciário pela Emissora, como tendo sido indevidamente efetuados, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data em que qualquer sociedade do Grupo Econômico da Odebrecht Ambiental tiver ciência da respectiva ocorrência, ou for demandada em processo de execução e não garantir o juízo ou não liquidar a dívida no prazo estipulado judicialmente ou com o efetivo arresto judicial de bens, ou ainda inadimplirem obrigações em operações financeiras, cujo valor agregado seja igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais);
- (o) protestos de títulos contra a Odebrecht S.A., cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), e que não sejam sanados, declarados ilegítimos ou comprovados ao Agente Fiduciário pela Emissora, como tendo sido indevidamente efetuados, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data em que a Odebrecht S.A. tiver ciência da respectiva ocorrência, ou for demandada em processo de execução e não garantir o juízo ou não liquidar a dívida no prazo estipulado judicialmente ou com o efetivo arresto judicial de bens, ou ainda inadimplirem obrigações em operações financeiras, cujo valor agregado seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
- (p) caso a Emissora seja inscrita em quaisquer cadastros dos órgãos de proteção ao crédito, inclusive, mas não se limitando, ao SPC, SERASA ou Sistema de Informações de Crédito do Banco Central, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), e que a inscrição não seja sanada, declarada ilegítima ou comprovada como tendo sido indevidamente efetuada, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data em que a Emissora tiver ciência da respectiva ocorrência;
- (q) caso qualquer sociedade do Grupo Econômico da Odebrecht Ambiental seja inscrita em quaisquer cadastros dos órgãos de proteção ao crédito, inclusive, mas não se limitando, ao SPC, SERASA ou Sistema de Informações de Crédito do Banco Central, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), e que a inscrição não sejam sanada, declarada ilegítima ou comprovada como tendo sido

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2




25

indevidamente efetuada, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data em que a respectiva sociedade tiver ciência da respectiva ocorrência;

- (r) caso a Odebrecht S.A. seja inscrita em quaisquer cadastros dos órgãos de proteção ao crédito, inclusive, mas não se limitando, ao SPC, SERASA ou Sistema de Informações de Crédito do Banco Central, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), e que a inscrição não sejam sanada, declarada ilegítima ou comprovada como tendo sido indevidamente efetuada, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data em que a referida sociedade tiver ciência da respectiva ocorrência;
- (s) redução de capital da Emissora;
- (t) redução de capital de qualquer sociedade do Grupo Econômico da Odebrecht Ambiental, exceto na hipótese de redução para absorção de prejuízos acumulados conforme o artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações;
- (u) alteração do objeto social da Emissora;
- (v) alteração relevante do objeto social de qualquer sociedade do Grupo Econômico da Odebrecht Ambiental;
- (w) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora, em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas no prazo de até 10 (dez) dias consecutivos da data estipulada para pagamento;
- (x) (i) não cumprimento de qualquer decisão arbitral definitiva ou sentença judicial transitada em julgado contra qualquer sociedade do Grupo Econômico da Odebrecht Ambiental, em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, no prazo de até 10 (dez) dias consecutivos da data estipulada para pagamento;
- (y) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora que afete de forma significativa o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora;

TEXT_SP 9089592v6 1086/66


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269900

26

- (z) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas por qualquer sociedade do Grupo Econômico da Odebrecht Ambiental que afete de forma significativa o regular exercício das atividades desenvolvidas pela respectiva sociedade;
- (aa) se for movida qualquer medida judicial, extrajudicial ou administrativa, procedimento judicial ou extrajudicial, incluindo natureza criminal, contra a Emissora que, a critério dos Debenturistas, desde que devidamente justificado, afete os direitos dos Debenturistas, caso estes não sejam reparados em 30 (trinta) dias consecutivos;
- (bb) propositura de qualquer medida judicial, extrajudicial ou administrativa, civil, tributária, trabalhista, ambiental, previdenciária ou criminal, contra qualquer sociedade do Grupo Econômico da Odebrecht Ambiental, a Odebrecht S.A. e/ou quaisquer de seus respectivos administradores, desde que: (a) tal medida afete substancialmente e de forma adversa a capacidade de pagamento ou a gestão dos negócios de qualquer sociedade do Grupo Econômico Odebrecht Ambiental ou da Odebrecht S.A., a critério dos Debenturistas e (b) os efeitos substancialmente adversos da medida não sejam reparados em 30 (trinta) dias consecutivos;
- (cc) caso os Contratos de Garantia, o Contrato de Cessão Fiduciária, o Acordo de Investimentos, o Contrato de Depósito ou o Acordo de Acionistas a ser celebrado entre Odebrecht Ambiental S.A., Emissora, Odebrecht Projetos Ambientais, Odebrecht Ambiental – Região Metropolitana do Recife/Goiana SPE S.A., Odebrecht Ambiental – Goiás S.A., Odebrecht Ambiental – Macaé S.A. e Odebrecht Ambiental – Manso S.A. (“Acordo de Acionistas”), seja(m) objeto de questionamento judicial ou extrajudicial, com a emissão, por juízo brasileiro ou internacional, de decisão de qualquer natureza, ainda que liminar ou precária, desde que não revertida no prazo de 30 (trinta) dias, , que, a critério dos Debenturistas, desde que comprovadamente afete o exercício de qualquer de seus direitos previstos nesta Escritura de Emissão, inclusive no que tange às garantias concedidas em favor dos Debenturistas;
- (dd) transformação da Emissora em outro tipo societário;
- (ee) transformação de qualquer sociedade do Grupo Econômico da Odebrecht Ambiental em outro tipo societário;
- (ff) desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental brasileira que resulte na incapacidade da Emissora de gerir seus respectivos negócios, desde

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269901

27

que tal desapropriação, confisco ou outra medida afete substancialmente e de forma adversa a capacidade de pagamento, pela Emissora de suas respectivas obrigações;

- (gg) desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental brasileira que resulte na incapacidade de qualquer sociedade do Grupo Econômico da Odebrecht Ambiental gerir seus respectivos negócios e projetos de investimentos, desde que tal desapropriação, confisco ou outra medida afete substancialmente e de forma adversa a capacidade de pagamento, por parte de qualquer sociedade do Grupo Econômico da Odebrecht Ambiental, de suas respectivas obrigações;
- (hh) cisão, fusão ou, ainda, incorporação da Emissora por outra companhia (inclusive por meio de incorporação de ações);
- (ii) cisão, fusão ou, ainda, incorporação da Odebrecht Ambiental ou de suas controladas diretas ou indiretas (excluídas a Odebrecht Projetos Ambientais e suas controladas) (inclusive por meio de incorporação de ações) por outra companhia que não seja a Odebrecht Ambiental ou uma de suas controladas diretas ou indiretas;
- (ji) cisão, fusão ou, ainda, incorporação da Odebrecht Projetos Ambientais ou de quaisquer de suas controladas, por outra companhia (inclusive por meio de incorporação de ações) que não seja a Odebrecht Projetos Ambientais ou uma de suas controladas;
- (kk) não cumprimento pela Emissora das obrigações previstas nos Contratos de Alienação Fiduciária, no Contrato de Cessão Fiduciária, no Contrato de Depósito, no Acordo de Investimentos ou no Acordo de Acionistas;
- (ll) não cumprimento, por qualquer sociedade do Grupo Econômico da Odebrecht Ambiental, conforme aplicável, das obrigações previstas nos Contratos de Alienação Fiduciária, no Contrato de Cessão Fiduciária, no Contrato de Depósito, no Acordo de Investimentos ou no Acordo de Acionistas, conforme aplicável;
- (mm) distrato, rescisão, resilição ou qualquer alteração ao Acordo de Acionistas sem anuência prévia dos Debenturistas;
- (nn) não utilização, pela Emissora, dos recursos obtidos com a Emissão, estritamente nos termos do item 3.4 acima;
- (oo) venda ou transferência de ativos relevantes da Emissora de valor agregado superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas;

TEXT_SF 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269902

28

- (pp) venda ou transferência de ativos relevantes de qualquer sociedade do Grupo Econômico da Odebrecht Ambiental, de valor agregado superior a R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) ou seu valor equivalente em outras moedas;
- (qq) não cumprimento de leis e regras locais aplicáveis à Emissora, especialmente trabalhistas e ambientais;
- (rr) não cumprimento de leis e regras locais aplicáveis a qualquer sociedade do Grupo Econômico da Odebrecht Ambiental, especialmente trabalhistas e ambientais; ou
- (ss) descumprimento das obrigações previstas na Cláusula 4.6.3 (incluindo seus sub-itens) - Garantia Fidejussória - desta Escritura de Emissão por parte do fiador.

4.15.1.2. As referências a “controle” encontradas no item 4.15.1 e em seus subitens acima, deverão ser entendidas como tendo o sentido conferido pelo artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.

4.15.1.3. Os valores mencionados nas alíneas (e), (m), (n) e (o) dos itens acima serão reajustados anualmente pelo Índice Geral de Preços do Mercado (“IGP-M”), calculado pela Faculdade Getúlio Vargas no dia 15 de setembro de cada ano.

4.15.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (e), (f), (g) e (q) do item 4.15.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer notificação. Na ocorrência de qualquer outro evento do item 4.15.1 acima e não mencionado anteriormente, o Agente Fiduciário deverá publicar a convocação da Assembleia de Debenturistas, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar do momento em que tomar ciência do evento, para deliberar sobre a eventual não decretação de vencimento antecipado das Debêntures. A Assembleia de Debenturistas a que se refere este item deverá ser realizada no prazo legal.

4.15.3. Na Assembleia de Debenturistas mencionada no item 4.15.2 acima, que será instalada observado o quórum previsto na Cláusula VII desta Escritura de Emissão, os Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, poderão optar por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

4.15.3.1 Independente do disposto no item 4.15.3 acima, a não instalação da referida Assembleia de Debenturistas por falta de quórum, verificadas após a primeira e segunda convocação, deverá ser interpretada pelo Agente Fiduciário como uma opção dos Debenturistas em declarar antecipadamente vencidas as Debêntures de que são titulares.

TEXT_SP_9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269903

4.15.4. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração das Debêntures calculada *pro rata temporis*, do Custo de Antecipação e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura da Emissão, desde a Data de Integralização até a data do efetivo pagamento, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que for declarado o vencimento antecipado, mediante comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada ou com aviso de recebimento no endereço constante da Cláusula IX desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.16 abaixo.

4.15.4.1. A Emissora, juntamente com o Agente Fiduciário deverá comunicar a CETIP sobre o pagamento de que trata o item 4.15.4. acima com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

4.16. ENCARGOS MORATÓRIOS

Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, devidamente acrescidos da Remuneração das Debêntures, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês; ambos calculados sobre o montante devido e não pago.

4.17. ATRASO NO RECEBIMENTO DOS PAGAMENTOS

Sem prejuízo do disposto no item 4.16. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração das Debêntures e/ou encargos moratórios a partir da data em que o valor correspondente seja disponibilizado pela Emissora ao Debenturista, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a referida data.

4.18. LOCAL DE PAGAMENTO

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures e quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP, e/ou com os

TEXT_SP_9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269904

procedimentos adotados pelo Banco Liquidante, para as Debêntures que não estejam vinculadas à CETIP.

4.19. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

4.19.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente (conforme abaixo definido), sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, quando coincidirem com qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo e feriado declarado nacional.

4.19.2. Para fins desta Escritura de Emissão, a expressão “Dia(s) Útil(eis)” significa qualquer dia que não seja sábado, domingo, feriado declarado nacional.

4.20. PUBLICIDADE

Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de “Avisos aos Debenturistas”, e publicados no “Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro” e no jornal “Diário Comercial”, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta Restrita e os prazos legais, devendo, ainda, a Emissora comunicar o Agente Fiduciário da realização da referida publicação, na mesma data de sua publicação. Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário e à CETIP informando o novo veículo.

CLÁUSULA V OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

(a) Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) no prazo máximo de 90 (noventa) dias consecutivos após o término de cada exercício social, ou no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de sua

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269905

31

divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas do relatório da administração e do parecer ou relatório, conforme o caso dos auditores independentes, bem como declaração assinada pelo(s) diretor(es) da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (b) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; e (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social;

- (ii) no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias consecutivos após o término de cada trimestre do exercício social, ou no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas informações financeiras consolidadas relativas ao respectivo semestre, acompanhadas do relatório da administração e do parecer ou relatório, conforme o caso, dos auditores independentes, caso não estejam disponíveis na CVM;
- (iii) no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis, qualquer informação que, razoavelmente, lhe venha a ser solicitada;
- (iv) até no máximo 1 (um) Dia Útil após a publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.20 acima;
- (v) informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis, contados da data do descumprimento;
- (vi) os atos societários, os dados financeiros e o organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações, que venham a ser solicitadas pelo Agente Fiduciário para a realização do relatório citado na alínea "k" da cláusula 6.5, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto na alínea "l" da cláusula 6.5 abaixo; e

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269906

32

- (vii) caso ocorra o disposto na Cláusula 4.6.3.4 acima, (a) no prazo máximo de 90 (noventa) dias consecutivos após o término de cada exercício social, ou no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (a) cópia das demonstrações financeiras consolidadas do fiador relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas do relatório da administração e do parecer ou relatório, conforme o caso dos auditores independentes, caso não estejam disponíveis na CVM; e (b) relatório específico de apuração dos Índices Financeiros, elaborado pelos auditores independentes contratados, contendo memória de cálculo detalhada para acompanhamento dos Índices Financeiros, compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção destes, sob pena de impossibilidade de acompanhamento, pelo Agente Fiduciário, dos respectivos Índices Financeiros, podendo este solicitar à Emissora ou fiador todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários.
- (b) disponibilizar aos seus acionistas e aos titulares de Debêntures, pelo menos anualmente, as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações;
- (c) atender de forma eficiente às solicitações dos titulares de Debêntures e do Agente Fiduciário;
- (d) convocar, nos termos da Cláusula VII, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura, mas não o faça em 1 (um) Dia Útil da ocorrência do fato que ensejar a convocação;
- (e) informar o Agente Fiduciário sobre a ocorrência de qualquer evento previsto no item 4.15 desta Escritura de Emissão em até 1 (um) Dia Útil da ocorrência do fato;
- (f) cumprir tempestivamente todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (g) em até 5 (cinco) Dias Úteis da ocorrência do evento, notificar ao Agente Fiduciário sobre qualquer alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora, bem como quaisquer eventos ou situações que: (i) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura

TEXT_SP 908959214 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269907

33

de Emissão e das Debêntures; ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras da Emissora não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;

- (h) cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que tange à destinação dos recursos captados por meio da Emissão, nos Contratos de Garantia e no Acordo de Acionistas;
- (i) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário, o Agente Fiduciário e sistemas de negociação no mercado secundário por meio do *CETIP Trader* e CETIP 21;
- (j) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (k) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos, em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão;
- (l) manter sempre válidas e em vigor as licenças e autorizações relevantes para a boa condução dos negócios da Emissora;
- (m) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor independente registrado na CVM;
- (n) fornecer tempestivamente todas as informações que vierem a ser solicitadas pela CVM ou pela CETIP;
- (o) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;
- (p) guardar, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da presente data, toda a documentação relativa à Emissão;
- (q) cumprir com todos os requisitos e obrigações estabelecidos nesta Escritura de Emissão e na regulamentação em vigor pertinente à matéria, em especial as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, incluindo:

27

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269908

39

- (i) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedade por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
- (ii) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (iii) manter os documentos mencionados no item (h) acima, em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos; e
- (iv) não revelar informações relativas à Emissão, exceto aquilo que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida, tudo em conformidade com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando a, o disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), bem como abster-se de, até o envio da comunicação de encerramento da Emissão à CVM, utilizar as informações referentes à Emissão, exceto para fins estritamente relacionados com a preparação da Emissão; e
- (r) não (i) conceder mútuos a qualquer outra sociedade, integrante ou não do mesmo grupo econômico a que pertence a Emissora, (ii) prestar fiança, garantia ou assumir obrigações de qualquer natureza em benefício de terceiros; (iii) constituir novas dívidas, ou (iv) transferir ou por qualquer forma ceder ou prometer ceder a terceiros os direitos e obrigações assumidos nos termos desta Escritura de Emissão.

5.2. A Emissora não poderá, durante todo o prazo de vigência desta Emissão (i) fazer qualquer investimento (na forma de empréstimo, contribuição de capital ou de qualquer outra forma) por meio do qual se torne titular de ações ou quotas de outras sociedades que não a Odebrecht Projetos Ambientais; (ii) realizar qualquer tipo de endividamento que não seja relativo a presente Escritura; e (iii) participar de outros negócios não relacionados à Participação Societária na Odebrecht Projetos Ambientais.

5.3. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos titulares de Debêntures deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos titulares de Debêntures e posteriormente ressarcidas pela Emissora, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal. Tais

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2

35



1269909

despesas a serem adiantadas pelos titulares de Debêntures incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos titulares de Debêntures. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais e extrajudiciais, decorrentes da sucumbência em ações judiciais, serão igualmente suportadas pelos titulares de Debêntures, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias consecutivos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos titulares de Debêntures para cobertura do risco de sucumbência.

5.4. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

CLÁUSULA VI AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui como Agente Fiduciário da Emissão a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos titulares de Debêntures.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269910

36

- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990, conforme alterada; e
- (i) verificou, no momento em que aceitou a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão.

6.2.1. Além da presente Emissão, o Agente Fiduciário não atua em qualquer outra emissão de debêntures da Emissora, nem de sociedade coligada, controladora ou integrante de seu grupo econômico.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração:

- (a) parcelas anuais de R\$7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), a serem pagas durante o prazo de vigência da presente Emissão, sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) Dia Útil após a data de assinatura desta Escritura de Emissão, e as demais a cada aniversário anual da data do primeiro pagamento;
- (b) a remuneração será acrescida dos seguintes impostos: impostos sobre serviços de qualquer natureza (ISS ou outros), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS, e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;

TEXT_SP_9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269911

37

- (c) a parcela disposta na alínea 'a' acima será atualizada pelo IGP-M/FGV ou, na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do pagamento da primeira parcela, calculadas *pro rata die*, se necessário;
- (d) a remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- (e) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*;
- (f) o crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma desta Escritura, será acrescido à dívida da Emissora e gozará dos mesmos direitos das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento;
- (g) no caso de inadimplência no pagamento de honorários do Agente Fiduciário pela Emissora, incidirão os encargos moratórios previstos nesta Escritura de Emissão;
- (h) a remuneração do Agente Fiduciário não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após, sempre que possível, prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral, notificações, extração de certidões, fotocópias, digitalizações, envio de documentos, viagens, alimentação, transportes e estadias, custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à emissão, com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269912

38

- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCERJA, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os titulares de Debêntures acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões que estejam dentro do prazo de vigência dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades, as quais deverão ser apresentadas em até 20 (vinte) dias consecutivos da data de recebimento da solicitação;
- (h) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora, e desde que justificada, auditoria extraordinária na Emissora;
- (i) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (j) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269913

391

(k) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:

- (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
- (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
- (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
- (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (v) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
- (vi) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
- (vii) pagamentos da Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (viii) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (ix) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora; e
- (x) relação dos bens e valores entregues ao Agente Fiduciário, compreendendo sua administração e/ou prepostos.

(l) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior aos titulares de Debêntures até o dia 30 (trinta) de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:

TEXT_SP 9089592v4 1086/66


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2

110

- (i) na sede da Emissora;
 - (ii) na sede do Agente Fiduciário;
 - (iii) na CVM;
 - (iv) na CETIP; e
 - (v) na sede do Coordenador Líder.
- (m) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos titulares de Debêntures que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (n) manter atualizada a relação dos titulares de Debêntures e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Banco Liquidante, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os titulares de Debêntures, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atender quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (o) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (p) notificar os titulares de Debêntures, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais mencionados no item 4.20 acima, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos contados da ciência da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (q) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;

TEXT_SP 9089592v4 1086/66



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269915

41

- (r) disponibilizar diariamente, o Valor Nominal Unitário das Debêntures, calculado pela Emissora, aos titulares de Debêntures e aos demais participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de sua página na rede mundial de computadores;
- (s) acompanhar a manutenção dos Índices Financeiros, após o recebimento dos relatórios mencionados nos itens 5.1. (a) (vii), podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora ou fiador todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários, e informar imediatamente os titulares de Debêntures de qualquer descumprimento dos referidos índices financeiros.


6.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares das Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora;
- (c) executar os Contratos de Garantia, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos debenturistas;
- (d) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos titulares de Debêntures; e
- (e) representar os titulares de Debêntures em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário, observado o disposto no item 4.15 desta Escritura de Emissão, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (d) acima, se a totalidade dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar. Na hipótese da alínea (e), bastará a aprovação de titulares de Debêntures representando a maioria das Debêntures em Circulação.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por

TEXT_SP 9089592v4 10K6/66


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269916

42

titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias consecutivos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

6.7.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos titulares de Debêntures, pedindo sua substituição.

6.7.2. É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.7.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos do item 2.4 acima.

6.7.5.1 O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos titulares de Debêntures em forma de aviso nos termos do item 4.20 acima.

6.7.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

✓

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269917

43

CLÁUSULA VII ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os titulares de Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures.

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação.

7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.4. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de titulares de Debêntures em Circulação.

7.5. Cada Debênture conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

7.6. Para efeito da constituição do quórum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta Cláusula VII, serão consideradas "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores ou de qualquer de suas coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges. Para efeitos de quórum de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

7.7. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.8. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

7.9. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures, se for o caso, ou àquele que for designado pela CVM.

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269918

44

7.10. Exceto pelo disposto no item 7.11 abaixo ou se de outra forma prevista nesta Escritura de Emissão, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75,0% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, incluindo, mas não se limitando às seguintes: (i) substituição do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e do Escriturador Mandatário; (ii) alteração das obrigações do Agente Fiduciário, estabelecidas na Cláusula VI; (iii) renúncia de direitos ou perdão temporário (*waiver*) por parte dos Debenturistas; e/ou (iv) alterações nos procedimentos aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas, estabelecidas nesta Cláusula VII.

7.11. As alterações das características das Debêntures descritas a seguir, conforme venham a ser propostas pela Emissora, somente poderão ser realizadas mediante aprovação por Debenturistas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente, que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação: (i) a Remuneração das Debêntures, (ii) a Data de Pagamento da Remuneração, (iii) o prazo de vencimento das Debêntures, (iv) os valores e datas de amortização do principal das Debêntures, (v) as hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas no item 4.15 acima, (vi) a alteração das obrigações constantes da Cláusula V acima; e/ou (vii) a alteração dos quóruns de deliberação previstos nesta Cláusula VII.

7.12. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns nesta Escritura de Emissão, vincularão a Emissora e obrigarão todos os titulares de Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.

CLÁUSULA VIII DECLARAÇÕES DA EMISSORA

8.1. A Emissora neste ato declara que:

- (a) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, do Contrato de Distribuição e dos Contratos de Garantia, à emissão das Debêntures (em conjunto, os "Documentos da Oferta") e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os

2✓

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A643D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269919

45

requisitos legais e estatutários necessários para tanto, não sendo exigida qualquer outra autorização ou outro consentimento para tanto;

- (c) tem plena capacidade para cumprir com todas as suas obrigações previstas nos Documentos da Oferta;
- (d) os representantes legais que assinam os Documentos da Oferta têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (e) os Documentos da Oferta e as obrigações aqui e ali previstas constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (f) a celebração dos Documentos da Oferta, o cumprimento de suas obrigações previstas nos Documentos da Oferta e a emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora (e/ou suas controladoras e suas coligadas, diretas ou indiretas) seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora (e/ou suas controladoras e suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora (e/ou suas controladoras e suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (g) a Emissora tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- (h) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (i) não há com relação à Emissora (a) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, que possa ter ou causar um efeito adverso relevante;

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2




46

- (j) as Demonstrações Financeiras da Emissora, datada de 31 de dezembro de 2013, representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;
- (k) todas as informações (consideradas como um todo) prestadas ao Coordenador Líder anteriormente, ou concomitantemente, à presente data, para fins de análise e aprovação da emissão das Debêntures, são corretas e verdadeiras em todos os seus aspectos relevantes na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato relevante necessário para fazer com que referidas informações (consideradas como um todo) não sejam enganosas em referido tempo à luz das circunstâncias nas quais foram prestadas;
- (l) não omitiu do Coordenador Líder nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em efeito adverso relevante;
- (m) todas as declarações que constam dos Documentos da Oferta são, na data de assinatura desta Escritura de Emissão, verdadeiras, corretas consistentes e suficientes em todos os seus aspectos materiais;
- (n) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública de debêntures da mesma espécie e de sua emissão dentro do prazo de 04 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (o) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e os Coordenadores, em observância ao princípio da boa-fé; e
- (p) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções.

8.2. A Emissora se compromete a notificar, na mesma data em que tomarem conhecimento, os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

AS

TEXT_SP 9089592v4 1086/66


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269921

CLÁUSULA IX NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

CAMPO NOVO RJ PARTICIPAÇÕES S.A.

Rua Barão do Flamengo, 22, sala 902, Flamengo

CEP: 22220-900 – Rio de Janeiro - RJ

At.: Leonardo Viveiros de Castro e Tainá Camargo

Tel.: (21) 3177-0199

Fac-símile: ((21) 3177-0199

E-mail: leonardo.viveiros@leste.com e taina.camargo@leste.com

Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 303 e 304, Barra da Tijuca

CEP: 22640-102 – Rio de Janeiro – RJ

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Telefone: (21) 3385-4565

Fac-símile: (21) 3385-4046

E-mail: operacional@pentagonotruster.com.br

Para o Banco Liquidante:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 Torre Itaúsa

CEP: 04344-902, São Paulo - SP

At.: Sr. Luiz Petito

Tel. (11) 2797-4431

Fax. (11) 2797-3140

E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPAÇÕES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269922

Para o Escriturador Mandatário:

Itaú Corretora de Valores S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n° 3.400 10º andar

CEP: 04538-132, São Paulo - SP

At.: Sra. Luiz Petito

Tel. (11) 2797-4431

Fax. (11) 2797-3140

E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

Para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n° 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano

CEP 01452-001 - São Paulo, SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Tel./Fax: (11) 3111-1596 / (11) 3111-1564

E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou por e-mail serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

**CLÁUSULA X
DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares de Debêntures em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas.

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269923

19

pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula II acima, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. Qualquer alteração a esta Escritura de Emissão somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as partes.

10.4. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.5. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido ou seja encaminhado pela cedente, para se basear nas suas decisões. O Agente Fiduciário não será, ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

10.6. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos titulares de Debêntures, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos titulares de Debêntures. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos titulares de Debêntures a ele transmitidas conforme definidas pelos titulares de Debêntures e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos titulares de Debêntures ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

10.7. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os titulares de Debêntures e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269924

50

válidos quando previamente assim deliberado pelos titulares de Debêntures reunidos em Assembleia Geral.

10.8. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

10.9. Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerada mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.

10.10. Para os fins desta Escritura de Emissão, as partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 461, 621 e 632 do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

10.11. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.12. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

CLÁUSULA XI SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

11.1. Sem prejuízo da possibilidade de o Agente Fiduciário iniciar no foro da Cidade de São Paulo execução por quantia certa fundada nesta Escritura de Emissão, as Partes envidarão seus melhores esforços para alcançar um acordo sobre uma disputa, controvérsia ou demanda oriunda, ou relacionada a esta Escritura de Emissão, incluindo, sem limitação, qualquer questão relacionada com a existência, validade, rescisão ou violação desta Escritura de Emissão ("Controvérsia").

11.2. As Partes convencionam que toda e qualquer Controvérsia será obrigatória, exclusiva e definitivamente resolvida por meio de arbitragem, a ser instituída e processada de acordo com o Regulamento do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá por tribunal arbitral composto por três árbitros, indicados de acordo com citado Regulamento ("Tribunal Arbitral"). O procedimento arbitral terá: (i) sede na Cidade de São Paulo, local onde deverá ser proferida a

TEXT_SP 90895924 1086/66

✓

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



51

sentença arbitral; (ii) como idioma oficial o Português; e (iii) como lei aplicável a da República Federativa do Brasil. O procedimento arbitral será sigiloso e deverá ser concluído no prazo de 6 (seis) meses, o qual poderá ser prorrogado motivadamente pelo Tribunal Arbitral.

1269925

11.3. A recusa, por qualquer Parte, em celebrar termo de arbitragem não impedirá que a arbitragem se desenvolva e se conclua validamente, ainda que à revelia, e que a sentença arbitral assim proferida seja plenamente vinculante e eficaz às Partes.

11.4. As Partes poderão requerer ao Poder Judiciário medidas cautelares e antecipações de tutela urgentes que não possam ser obtidas em tempo na arbitragem, sem prejuízo do julgamento posterior do mérito de tais medidas pelo Tribunal Arbitral. Quando a lei exigir que o autor da ação cautelar ajuíze ação principal ou equivalente, entender-se-á como tal a instituição da própria arbitragem. Em qualquer hipótese, o processo judicial se extinguirá sem resolução de mérito tanto que o Tribunal Arbitral conceda, confirme, altere ou revogue a medida cautelar. As Partes reconhecem ainda que a necessidade de buscar qualquer medida cautelar ou antecipação e tutela no Poder Judiciário não é incompatível com esta cláusula compromissória, nem constitui renúncia à cláusula compromissória ou sujeição das Partes à arbitragem.

11.5. Para (i) as medidas cautelares e antecipações de tutela anteriores à constituição do Tribunal Arbitral, (ii) a execução das decisões do Tribunal Arbitral, inclusive da sentença final e eventual sentença parcial, (iii) eventual ação anulatória fundada no art. 32 da Lei nº 9.307/96 e (iv) as Controvérsias que por força da legislação brasileira não puderem ser submetidas à arbitragem, fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo como o único competente, renunciando-se a todos os outros, por mais especiais ou privilegiados que sejam.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário, em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 2014.

[restante da página intencionalmente deixado em branco]

TEXT_SP_9089592v4_1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269926

Página de assinatura 1/2 do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária a ser convolada para a Espécie com Garantia Real e Garantias Real e Fidejussória Adicionais, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de , da Campo Novo RJ Participações S.A.

CAMPO NOVO RJ PARTICIPAÇÕES S.A.

Nome: DENIS SILVA

Cargo: DIRETOR - PRESIDENTE

Nome:

Cargo:

15. OFÍCIO DE NOTAS-FERNANDA DE FREITAS LEITÃO-TABELIÃ
Rua do Ouvidor, 89, Centro (021) 3233-2600 RJ, 17 de Dezembro de 2014
RECONHECO POR SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
DENIS SILVA.
FUNPERJ: 0,21, FUNDEPERJ: 0,21, FETJ: 0,33, FUNARJEN: 0,16, EMOL+PMCMC(2%): 4,26%
Em Testemunho _____ da verdade.
MAT. 54-5917 - LUCIMILLO DE SAUSK MACHADO - ESCRIVENTE
EARQ59814-FOP Consulte em <https://www3.tirj.jus.br/sitepublico>



TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269927

Página de assinatura 2/2 do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária a ser convolada para a Espécie com Garantia Real e Garantias Real e Fidejussória Adicionais, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Campo Novo RJ Participações S.A.

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS**

Nome: BRUNA ESCH DE ANDRADE FARINHA
Cargo: PROCURADORA

Testemunhas:

Nome: TAINA KUITZEN DE CAMARGO
CPF: 112.515.947-27

Nome: CLAUDIA DE SOUZA OLIVEIRA
CPF: 010.891.527-10

Ofício 2º DE NOTAS		Adilson Wagner Firmino TABELIAO		088906AA111820	
Estrada dos Bandeirantes, 209 - Lojas C e D - Taquara - RJ - CEP 22710-570 - Tel.: (21) 2445-8785					
Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:					
BRUNA ESCH DE ANDRADE FARINHA					
Rio de Janeiro, 17 de Dezembro de 2014 Conf por _____					
Em testemunho da verdade					
		Emolumentos: R\$4,28			
		Impostos: R\$1,42			
		Total: R\$5,70			
CTPS 18631 S/108 RJ ALBERTO MARQUES DOS SANTOS-ESCREVENTE AUTORIZADO					
EARS0985-QNH Consulte em "http://www3.tjrj.jus.br/sitepublico"					
		Ofício 2º DE NOTAS			
		Alberto Marques dos Santos			
		Escrivente			
		CTPS 78631 Série 108 RJ			

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269928

59

ANEXO I

Modelo de Carta de Fiança

MODELO DE FIANÇA

CARTA DE FIANÇA

[FIADOR], [companhia/instituição financeira] com sede na cidade de [CIDADE], estado de [ESTADO], na [ENDEREÇO], inscrito no CNPJ/MF sob o nº [●] ("**FIADOR**");

CONSIDERANDO QUE, com a autorização da Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da **CAMPO NOVO RJ PARTICIPAÇÕES S.A.**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Barão do Flamengo, 22, sala 902, parte, Flamengo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **19.560-702/0001-58** ("**EMISSORA**" ou "**AFIANÇADA**"), realizada em 16 de dezembro de 2014 (**AGE**), devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("**JUCERJA**") sob o nº [●], em sessão de [●], foi deliberada e aprovada a realização da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária a ser convolada para a espécie com garantia real e garantia real e fidejussória adicionais, no montante de principal de R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), com vencimento em 15 de dezembro de 2017 ("**Debêntures**" e "**Emissão**", respectivamente), para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("**Oferta Restrita**" e "**Instrução CVM 476**", respectivamente);

CONSIDERANDO QUE, em 16 de dezembro de 2014, a **AFIANÇADA** e a **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 303 e 304, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de representante dos Debenturistas ("**AGENTE FIDUCIÁRIO**" ou "**BENEFICIÁRIO**"), celebraram o "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária a ser convolada para a Espécie com Garantia Real e Garantias Real e Fidejussória Adicionais, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Campo Novo RJ Participações S.A.", devidamente arquivada na JUCERJA, sob o nº [●], em sessão de [●], conforme aditado de tempos em tempos ("**Escritura de Emissão**");

CONSIDERANDO QUE, nos termos da Cláusula 4.6.3.1 da Escritura de Emissão, a **AFIANÇADA** obrigou-se a constituir uma garantia fidejussória em favor dos debenturistas representados pelo **BENEFICIÁRIO**.

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPAÇÕES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269929

SS

1. Para assegurar o cumprimento das obrigações pecuniárias, principais e acessórias, assumidas pela **AFIANÇADA** na Escritura de Emissão, o **FIADOR** assume, em caráter irrevogável e irretratável, como fiador e principal pagador, solidariamente responsável com a **AFIANÇADA**, dos valores devidos nos termos da Escritura de Emissão, incluindo despesas incorridas pelo **BENEFICIÁRIO** para excussão de qualquer garantia prevista na Escritura de Emissão, em conformidade com os artigos 818 e seguintes da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil");

2. A presente **FIANÇA** abrange o valor total das obrigações inerentes à Emissão, o qual inclui: (i) o Valor Nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, se for o caso, calculados nos termos da Escritura de Emissão; bem como (ii) todos os acessórios ao principal, inclusive o Custo de Antecipação, as despesas e custas judiciais, honorários e despesas com assessor legal, honorários e despesas com **BENEFICIÁRIO**, incluindo no caso de excussão de garantias, Banco Mandatário, CETIP e verbas indenizatórias, quando houver, nos termos do artigo 822 do Código Civil ("Obrigações Garantidas"), obrigações estas desde já reconhecidas pelo **FIADOR** como líquidas e certas, nos termos e para os fins dos artigos 818 e 821 do Código Civil Brasileiro;

3. O **FIADOR**, nos termos do artigo 828, I e II, do Código Civil, renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 821, 827, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil e 77 e 595 da Lei 5.869 de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

4. A presente **FIANÇA** é válida a partir da data de assinatura até 60 (sessenta) dias após a Data de Vencimento, podendo o **FIADOR** ser comunicado da ocorrência de eventual inadimplemento das Obrigações Garantidas até as 16:00 hs do décimo dia útil seguinte ao do vencimento da **FIANÇA**, desde que o inadimplemento tenha ocorrido até o vencimento da **FIANÇA**.

5. A presente **FIANÇA** é exigível, a qualquer tempo, nas hipóteses previstas na Cláusula 4.15.1, alíneas (a), (d), (f), (g), (i), (k), (n), (o), (q), (r), (t), (v), (x), (z), (bb), (cc), (ee), (gg), (ii), (jj), (ll), (mm), (pp), (rr) ou (ss) da Escritura de Emissão. Com relação às demais hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 4.15.1, fica desde já entendido que esta **FIANÇA** somente será exigível a partir da Data de Vencimento das Debêntures.

6. Até que seja extinta a presente **FIANÇA**, o **FIADOR** obriga-se a efetuar o pagamento das importâncias que forem exigidas pelo **BENEFICIÁRIO** em decorrência das Obrigações Garantidas, no prazo de até (i) 1 um Dia Útil a partir da Data de Vencimento das Debêntures ou (ii) 5 (cinco) Dias Úteis a contar do recebimento da solicitação do **BENEFICIÁRIO** informando a falta de pagamento das Obrigações Garantidas, por escrito, entregue na sede do **FIADOR** ("Notificação de Pagamento"), na ocorrência de uma dos previstos na Cláusula 4.15.1, alíneas (a), (d), (f), (g), (i), (k), (n), (o), (q), (r), (t), (v), (x), (z), (bb), (cc), (ee), (gg), (ii), (jj), (ll), (mm), (pp), (rr) ou (ss) da Escritura de Emissão.

7. O pagamento do valor total das Obrigações Garantidas deverá ser efetuado independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que o **AFIANÇADO** venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações e será realizado mediante depósito a vista, em moeda

x/

TEXT_SP 9089592.v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



nacional, em conta corrente a ser indicada pelo **BENEFICIÁRIO** na Notificação de Pagamento. Todos os pagamentos realizados pelo **FIADOR** nos termos da presente **FIANÇA** deverão ser líquidos de deduções ou retenções fiscais, de tal forma que os Debenturistas recebam quantia igual à que receberiam caso o pagamento fosse feito na forma estabelecida na **ESCRITURA**.

56

1269930 8. O **FIADOR** declara e garante que:

- i. conhece e concorda com todos os termos da Escritura de Emissão, dos Contratos de Alienação Fiduciária, Acordo de Acionista, Acordo de Investimento, Contrato de Depósito e do Contrato de Cessão Fiduciária e adere, de forma incondicional, ao disposto nas na Cláusula 4.6.3 e seguintes da Escritura de Emissão, o qual vincula e regula, de pleno direito, os termos desta **FIANÇA**.
- ii. possui plena capacidade e autoridade, dispondo de todas as autorizações, inclusive governamentais e societárias, necessárias, para firmar esta **FIANÇA** e assumir as obrigações aqui previstas, sendo as aprovações societárias devidamente registradas na Junta Comercial aplicável;
- iii. a assinatura desta **FIANÇA**, o cumprimento de suas aqui obrigações não infringe ou contraria (i) qualquer contrato ou documento no qual o **FIADOR** seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; ou (b) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que o **FIADOR** ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete o **FIADOR** ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- iv. a presente **FIANÇA** constitui uma obrigação válida do **FIADOR** e exequível contra este, de acordo com os termos aqui presentes; e
- v. nenhuma objeção ou oposição da **AFIANÇADA** poderá, ainda, ser admitida ou invocada pelo **FIADOR** com o objetivo de se escusar do cumprimento de suas obrigações perante **BENEFICIÁRIO**.

9. A presente **FIANÇA** é submetida a registro nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das sedes do **FIADOR**, da **AFIANÇADA** e do **BENEFICIÁRIO**, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis a contar da sua assinatura, sendo certo que, o **FIADOR** deverá enviar ao **BENEFICIÁRIO** tempestivamente após o registro, 1 (uma) via original da presente **FIANÇA** devidamente registrada nos Cartórios de Títulos e Documentos das sedes mencionadas acima.

10. Exceto se de outra forma aqui disposto, os termos aqui utilizados iniciados em maiúsculo e não definidos terão o significado a eles atribuídos na Escritura de Emissão. Todas as referências aqui contidas a quaisquer outros contratos ou documentos deverão ser consideradas como referências a tais instrumentos conforme alterados, aditados ou modificados, na forma como se encontrem em vigor.

27

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269931

57

11. A presente **FIANÇA** obriga o **FIADOR** e seus sucessores a qualquer título, pelas obrigações aqui estabelecidas.

11. A presente **FIANÇA** é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12. Sem prejuízo da possibilidade de o **BENEFICIÁRIO** iniciar no foro da Cidade de São Paulo execução por quantia certa fundada nesta **FIANÇA**, as partes envidarão seus melhores esforços para alcançar um acordo sobre uma disputa, controvérsia ou demanda oriunda, ou relacionada a esta **FIANÇA**, incluindo, sem limitação, qualquer questão relacionada com a existência, validade, rescisão ou violação desta **FIANÇA** ("Controvérsia").

12.1. As partes convencionam que toda e qualquer Controvérsia será obrigatória, exclusiva e definitivamente resolvida por meio de arbitragem, a ser instituída e processada de acordo com o Regulamento do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá por tribunal arbitral composto por três árbitros, indicados de acordo com citado Regulamento ("Tribunal Arbitral"). O procedimento arbitral terá: (i) sede na Cidade de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral; (ii) como idioma oficial o Português; e (iii) como lei aplicável a da República Federativa do Brasil. O procedimento arbitral será sigiloso e deverá ser concluído no prazo de 6 (seis) meses, o qual poderá ser prorrogado motivadamente pelo Tribunal Arbitral.

12.2. A recusa, por qualquer parte, em celebrar termo de arbitragem não impedirá que a arbitragem se desenvolva e se conclua validamente, ainda que à revelia, e que a sentença arbitral assim proferida seja plenamente vinculante e eficaz às partes.

12.3. As partes poderão requerer ao Poder Judiciário medidas cautelares e antecipações de tutela urgentes que não possam ser obtidas em tempo na arbitragem, sem prejuízo do julgamento posterior do mérito de tais medidas pelo Tribunal Arbitral. Quando a lei exigir que o autor da ação cautelar ajuíze ação principal ou equivalente, entender-se-á como tal a instituição da própria arbitragem. Em qualquer hipótese, o processo judicial se extinguirá sem resolução de mérito tanto que o Tribunal Arbitral conceda, confirme, altere ou revogue a medida cautelar. As partes reconhecem ainda que a necessidade de buscar qualquer medida cautelar ou antecipação e tutela no Poder Judiciário não é incompatível com esta cláusula compromissória, nem constitui renúncia à cláusula compromissória ou sujeição das partes à arbitragem.

12.4. Para (i) as medidas cautelares e antecipações de tutela anteriores à constituição do Tribunal Arbitral, (ii) a execução das decisões do Tribunal Arbitral, inclusive da sentença final e eventual sentença parcial, (iii) eventual ação anulatória fundada no art. 32 da Lei nº 9.307/96 e (iv) as Controvérsias que por força da legislação brasileira não puderem ser submetidas à arbitragem, fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo como o único competente, renunciando-se a todos os outros, por mais especiais ou privilegiados que sejam.

27

[Local e data]

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269932

[FIADOR]

De Acordo:

Beneficiário:

Testemunhas:

1. _____
Nome:
Cargo:

2. _____
Nome:
Cargo:

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269933

59

Anexo I à Carta de Fiança

Cópia da Escritura de Emissão

Cópia dos Contratos de Alienação Fiduciária

Cópia do Contrato de Cessão Fiduciária

Cópia do Acordo de Acionistas

Cópia do Acordo de Investimento

Cópia do Contrato de Depósito

h N

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269934

60

Anexo II

Modelo de Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária a ser convalidada para a Espécie com Garantia Real e Garantias Real e Fidejussória Adicionais, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Campo Novo RJ Participações S.A.

Pelo presente aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária a ser convalidada para a Espécie com Garantia Real e Garantias Real e Fidejussória Adicionais, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Campo Novo RJ Participações S.A. (**"Aditamento"**), as seguintes partes:

CAMPO NOVO RJ PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações, com sede no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Barão do Flamengo, 22, sala 902, parte, Flamengo, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (**"CNPJ/MF"**) sob o n.º 19.560.702/0001-58, neste ato representada na forma de seu estatuto social (**"Emissora"** ou **"Companhia"**);

e, como agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das debêntures da primeira emissão pública de debêntures da Emissora (**"Debenturistas"** e, individualmente, **"Debenturista"**),

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 303 e 304, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social, representando a comunhão dos Debenturistas da presente emissão (**"Agente Fiduciário"**);

PREÂMBULO

CONSIDERANDO QUE, de acordo com a autorização da Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora, realizada em 16 de dezembro de 2014 (**"AGE"**), devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (**"JUCERJA"**) sob o n.º [●], em sessão de [●], foi deliberada e aprovada a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, ou seja, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária a ser convalidada para a Espécie com Garantia Real e Garantias Real e Fidejussória Adicionais, da Emissora (**"Emissão"** e **"Debêntures"**, respectivamente), que foi objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (**"CVM"**) n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (**"Oferta Restrita"** e **"Instrução CVM 476"**, respectivamente);

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269935

61

Considerando que, em 16 de dezembro de 2014, a Emissora e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, celebraram o “Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária a ser convolada para a Espécie com Garantia Real e Garantias Real e Fidejussória Adicionais, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Campo Novo RJ Participações S.A.”, devidamente arquivada na JUCERJA, sob o nº [●], em sessão de [●], conforme aditado de tempos em tempos (“Escritura de Emissão”);

Considerando que, conforme disposto na Cláusula 4.6. da Escritura de Emissão, a Emissora constituiu [alienação fiduciária sobre a totalidade das ações detidas por [●], (incluir qualificação), e de emissão de [●], (incluir qualificação)] ou [garantia fidejussória por meio de carta de fiança de emissão da [●], (incluir qualificação)] ou [cessão fiduciária de direitos creditórios de conta(s) bancária(s) de sua titularidade], para garantir o cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora na Escritura de Emissão;

RESOLVEM celebrar o presente Aditamento, de acordo com os seguintes termos e condições para alterar a espécie das Debêntures de “quirografária” para [espécie com garantia real // garantia real adicional // garantia fidejussória adicional];

1. Os termos em letras maiúsculas ou com iniciais maiúsculas empregados e que não estejam de outra forma definidos neste Aditamento são aqui utilizados com o mesmo significado atribuído a tais termos na Escritura de Emissão. Todos os termos no singular definidos neste Aditamento deverão ter os mesmos significados quando empregados no plural e vice-versa.

2. O presente Aditamento é celebrado com base nas deliberações da AGE;

2.1. Este Aditamento deverá ser protocolizado para registro na JUCERJA, nos termos da Cláusula 4.6.1.1 da Escritura de Emissão, no prazo de 5 (cinco) dias consecutivos a contar da presente data.

3. Tendo em vista o disposto na Cláusula 4.6. da Escritura de Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário concordam em alterar a Cláusula 4.5 da Escritura de Emissão, que passa a vigorar com a nova redação que lhes são atribuídas abaixo:

“4.5. ESPÉCIE

As Debêntures serão da espécie [espécie com garantia real // garantia real adicional // garantia fidejussória adicional], nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

4. Tendo em vista as alterações previstas na Cláusula 3 do presente Aditamento, as Partes concordam que todas as referências na Escritura de Emissão ao termo “espécie quirografária”

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2

62



1269936

deverão ser substituídas pela expressão [espécie com garantia real // garantia real adicional // garantia fidejussória adicional].

5. A Emissora confirma que as declarações e garantias constantes da Escritura de Emissão se aplicam, *mutatis mutandis*, a este Aditamento e permanecem válidas e eficazes nesta data.

6. Todas as disposições da Escritura de Emissão que não foram expressamente aditadas ou modificadas por meio do presente Aditamento permanecerão em vigor de acordo com os termos da Escritura de Emissão.

7. Este Aditamento é regido pelas Leis da República Federativa do Brasil.

7.1. Sem prejuízo da possibilidade de o Agente Fiduciário iniciar no foro da Cidade de São Paulo execução por quantia certa fundada neste Aditamento, as Partes envidarão seus melhores esforços para alcançar um acordo sobre uma disputa, controvérsia ou demanda oriunda, ou relacionada a este Aditamento, incluindo, sem limitação, qualquer questão relacionada com a existência, validade, rescisão ou violação deste Aditamento ("Controvérsia").

7.2. As Partes convencionam que toda e qualquer Controvérsia será obrigatória, exclusiva e definitivamente resolvida por meio de arbitragem, a ser instituída e processada de acordo com o Regulamento do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá por tribunal arbitral composto por três árbitros, indicados de acordo com citado Regulamento ("Tribunal Arbitral"). O procedimento arbitral terá: (i) sede na Cidade de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral; (ii) como idioma oficial o Português; e (iii) como lei aplicável a da República Federativa do Brasil. O procedimento arbitral será sigiloso e deverá ser concluído no prazo de 6 (seis) meses, o qual poderá ser prorrogado motivadamente pelo Tribunal Arbitral.

7.3. A recusa, por qualquer Parte, em celebrar termo de arbitragem não impedirá que a arbitragem se desenvolva e se conclua validamente, ainda que à revelia, e que a sentença arbitral assim proferida seja plenamente vinculante e eficaz às Partes.

7.4. As Partes poderão requerer ao Poder Judiciário medidas cautelares e antecipações de tutela urgentes que não possam ser obtidas em tempo na arbitragem, sem prejuízo do julgamento posterior do mérito de tais medidas pelo Tribunal Arbitral. Quando a lei exigir que o autor da ação cautelar ajuíze ação principal ou equivalente, entender-se-á como tal a instituição da própria arbitragem. Em qualquer hipótese, o processo judicial se extinguirá sem resolução de mérito tanto que o Tribunal Arbitral conceda, confirme, altere ou revogue a medida cautelar. As Partes reconhecem ainda que a necessidade de buscar qualquer medida cautelar ou antecipação e tutela no Poder Judiciário não é incompatível com esta cláusula compromissória, nem constitui renúncia à cláusula compromissória ou sujeição das Partes à arbitragem.

7.5. Para (i) as medidas cautelares e antecipações de tutela anteriores à constituição do Tribunal Arbitral, (ii) a execução das decisões do Tribunal Arbitral, inclusive da sentença final e eventual sentença parcial, (iii) eventual ação anulatória fundada no art. 32 da Lei nº 9.307/96 e (iv) as Controvérsias que por força da legislação brasileira não puderem ser submetidas à arbitragem, fica

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269937

eleito o Foro da Comarca de São Paulo como o único competente, renunciando-se a todos os outros, por mais especiais ou privilegiados que sejam.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente Aditamento a Emissora e o Agente Fiduciário, em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, [•] de [•] de [•].

CAMPO NOVO RJ PARTICIPAÇÕES S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome:

Cargo:

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269939

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA A SER CONVOLADA PARA A ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIAS REAL E FIDEJUSSÓRIA ADICIONAIS, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA CAMPO NOVO RJ PARTICIPAÇÕES S.A.

entre

CAMPO NOVO RJ PARTICIPAÇÕES S.A.

(ATUAL DENOMINAÇÃO SOCIAL DE

CAMPO NOVO RJ LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS S.A.)

como Emissora

e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas

Datado de
16 de dezembro de 2014

TEXT_SP 9089592x4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269940

4

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA A SER CONVOLADA PARA A ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIAS REAL E FIDEJUSSÓRIA ADICIONAIS, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA CAMPO NOVO RJ PARTICIPAÇÕES S.A.

Pelo presente instrumento particular,

CAMPO NOVO RJ PARTICIPAÇÕES S.A., (atual denominação social de Campo Novo RJ Locação de Equipamentos S.A.), sem registro de emissor de valores mobiliários junto à Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), sociedade por ações, com sede no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Barão do Flamengo, 22, sala 902, parte, Flamengo, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o n.º 19.560.702/0001-58, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Emissora**" ou "**Companhia**");

e, como agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das debêntures da primeira emissão pública de debêntures da Emissora ("**Debenturistas**" e, individualmente, "**Debenturista**"),

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 303 e 304, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social, representando a comunhão dos Debenturistas da presente emissão ("**Agente Fiduciário**");

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária a ser convolada para a Espécie com Garantia Real e Garantias Real e Fidejussória Adicionais, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Campo Novo RJ Participações S.A." ("**Escritura de Emissão**"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização da Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora, realizada em 16 de dezembro de 2014 ("**AGE**") na

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2

Σ



qual foram deliberadas e aprovadas as condições da Emissão (conforme definido abaixo), conforme disposto no artigo 59 da Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

1269941

1.2. Por meio da AGE, a Diretoria da Emissora foi autorizada a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas na AGE, incluindo a celebração de todos os documentos necessários à concretização da Emissão (conforme definido abaixo), inclusive o Contratos de Alienação Fiduciária (conforme definido abaixo) e o Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo).

CLÁUSULA II REQUISITOS

A 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, ou seja, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária a ser convolada para a Espécie com Garantia Real e Garantias Real e Fidejussória Adicionais, da Emissora ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Oferta Restrita" e "Instrução CVM 476", respectivamente) será realizada com observância aos seguintes requisitos:

2.1. DISPENSA DE REGISTRO NA CVM

2.1.1. A Oferta Restrita será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.2 REGISTRO NA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITAIS – ANBIMA

2.2.1. Por se tratar de oferta para a distribuição pública com esforços restritos de distribuição, a Oferta Restrita deverá ser registrada perante a ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais se as diretrizes específicas a serem ainda expedidas pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA forem divulgadas até o envio da comunicação de encerramento da Oferta à CVM, nos termos do artigo 1º, parágrafo 2º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", em vigor desde 3 de fevereiro de 2014, exclusivamente para fins de compor a base de dados da ANBIMA.

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



2.3. ARQUIVAMENTO NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E PUBLICAÇÃO DA ATA DA AGE

1269942 A ata da AGE que deliberou sobre a Emissão será arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") e, posteriormente, publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal "Diário Comercial", em conformidade com o artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. REGISTRO DESTA ESCRITURA DE EMISSÃO E DE SEUS ADITAMENTOS

Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão registrados na JUCERJA, de acordo com o artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, sendo certo que 1 (uma) via original da presente Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos serão enviados ao Agente Fiduciário tempestivamente após o devido registro na JUCERJA.

2.5. REGISTRO PARA DISTRIBUIÇÃO, NEGOCIAÇÃO E CUSTÓDIA ELETRÔNICA

2.5.1. As Debêntures serão registradas para: (i) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (ii) negociação no mercado secundário por meio da Plataforma Eletrônica de Negociação ("Cetip Trader") e/ou do CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.5.2. Não obstante o descrito no item 2.5.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado (conforme abaixo definido), conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.6. OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

Nos termos de seu estatuto social, constitui objeto social da Emissora a participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista.

TEXT_SP_9089592v4_1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269943

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. NÚMERO DE SÉRIES

A Emissão será realizada em série única.

3.2. VALOR DA EMISSÃO

O valor da Emissão ("Valor da Emissão") será de R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão, conforme definido no item 4.2. abaixo.

3.3. QUANTIDADE DE DEBÊNTURES

Serão emitidas 35.000 (trinta e cinco mil) Debêntures.

3.4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures serão destinados integralmente à subscrição e integralização de 4.593.353 (quatro milhões quinhentos e noventa e três mil trezentos e cinquenta e três) ações ordinárias de emissão da **ODEBRECHT AMBIENTAL – PROJETOS AMBIENTAIS S.A.**, sociedade por ações, com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Lemos Monteiro, nº 120, Butantã, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.384.741/0001-93 ("Odebrecht Projetos Ambientais"), correspondentes a 30% (trinta) por cento do capital social total da Odebrecht Projetos Ambientais.

3.5. NÚMERO DA EMISSÃO

Esta Escritura de Emissão representa a 1ª (primeira) emissão para distribuição pública de debêntures da Emissora.

3.6. BANCO LIQUIDANTE E ESCRITURADOR MANDATÁRIO

3.6.1. O banco liquidante da Emissão será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 – Torre Olavo Setúbal, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante"). O escriturador mandatário das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira

TEXT_SP_9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2

8



1269944

com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64 (“Escriturador Mandatário”).

3.6.2. As definições constantes desse item incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante ou o Escriturador Mandatário, conforme aplicável, na prestação dos serviços previstos no item 3.6.1 acima.

3.7. TRATAMENTO TRIBUTÁRIO E IMUNIDADE DE DEBENTURISTAS

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. REGIME DE COLOCAÇÃO E PLANO DE DISTRIBUIÇÃO

4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do Banco BTG Pactual S.A., com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3477, 10º ao 15º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.306.294/0002-26 (“Coordenador Líder”), conforme o “Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária a ser convolada para a Espécie com Garantia Real e Garantias Real e Fidejussória Adicionais, em Série Única, em Regime de Garantia Firme de Colocação, da Primeira Emissão da Campo Novo RJ Participações S.A.” a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder (“Contrato de Distribuição”).

4.1.2. O plano de distribuição observará o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, o Coordenador Líder poderá procurar no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados (conforme abaixo definido), sendo possível a subscrição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme abaixo definido).

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269945

9

4.1.2.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, serão considerados “Investidores Qualificados” aqueles investidores referidos no artigo 109 da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada (“Instrução CVM 409”), observado que: (a) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

4.1.2.2. No ato de subscrição das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando que efetuaram sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora, atestando adicionalmente estar cientes de que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e poderá ser registrada perante a ANBIMA, conforme aplicável; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os seus termos e condições.

4.1.3. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

4.1.4. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

4.2. DATA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15 de dezembro de 2014 (“Data de Emissão”).

4.3. VALOR NOMINAL UNITÁRIO DAS DEBÊNTURES

O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$10.000,00 (dez mil reais) (“Valor Nominal Unitário”).

4.4. FORMA, TIPO E CONVERSIBILIDADE; COMPROVAÇÃO DA TITULARIDADE DAS DEBÊNTURES

4.4.1. As Debêntures serão nominativas, escriturais, sem a emissão de cautela e não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. ✓

TEXT_SP 9089592\4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269946

10

4.4.2. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures, o Escriturador Mandatário. Adicionalmente, tendo em vista que as Debêntures serão custodiadas eletronicamente na CETIP, será expedido, por esta, extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.

4.5. ESPÉCIE

As Debêntures serão da espécie quirográfica, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, e serão posteriormente convoladas para a espécie com garantia real e garantias real e fidejussória adicionais.

4.6. GARANTIA

As Debêntures contarão com as seguintes garantias a serem constituídas oportunamente em termos satisfatórios aos Debenturistas.

4.6.1. Alienação Fiduciária de Ações da Odebrecht Projetos Ambientais

4.6.1.1. Uma vez concluída a subscrição e integralização, pela Emissora, das ações da Odebrecht Projetos Ambientais, conforme descrito na Cláusula 3.4., as Debêntures passarão a ser garantidas pela alienação fiduciária de 4.593.353 (quatro milhões quinhentos e noventa e três mil trezentos e cinquenta e três) ações ordinárias representativas de 30% (trinta) por cento do capital social de emissão da Odebrecht Projetos Ambientais ("Participação Societária na Odebrecht Projetos Ambientais").

4.6.1.2. A alienação fiduciária sobre a Participação Societária na Odebrecht Projetos Ambientais será celebrada por meio de um "Instrumento Particular de Constituição de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças" entre a Emissora, o Agente Fiduciário, a Odebrecht Projetos Ambientais e a Odebrecht Ambiental S.A. ("Contrato de Alienação Fiduciária da Odebrecht Projetos Ambientais") assim que ocorrer a subscrição e integralização da Participação Societária na Odebrecht Projetos Ambientais e desde que aprovada em assembleia geral de debenturistas, conforme previsto na Cláusula VII desta Escritura de Emissão.

4.6.1.3. A Odebrecht Projetos Ambientais deverá efetuar as averbações e registros da constituição da alienação fiduciária conforme previsto no Contrato de Alienação Fiduciária da Odebrecht Projetos Ambientais. ✓

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269947

11

4.6.2. Alienação Fiduciária de Ações da Emissora

4.6.2.1. As Debêntures contarão com a alienação fiduciária de 900 (noventas) ações ordinárias representativas de 100% (cem por cento) do capital social de emissão da Emissora e detidas pela **LESTE PARTICIPAÇÕES LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ataulfo de Paiva, nº 1.100, sala 502, parte, Leblon, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 21.408.534/0001-21 ("Leste Participações") e por Dênis Silva, brasileiro, casado, biólogo, portador da Cédula de Identidade RG n.º 25251401-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o n.º 261.545.838-85, residente e domiciliado na Cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Oscar Weinschenck nº 183/101, Centro.

4.6.2.2. A alienação fiduciária sobre as ações de emissão da Emissora será celebrada oportunamente por meio de um "Instrumento Particular de Constituição de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças" entre a Leste Participações, o Dênis Silva, acima qualificado, o Agente Fiduciário e a Emissora ("Contrato de Alienação Fiduciária da Emissora") e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária da Odebrecht Projetos Ambientais, os "Contratos de Alienação Fiduciária".

4.6.2.3. A Emissora deverá efetuar as averbações e registros da constituição da alienação fiduciária conforme previsto no Contrato de Alienação Fiduciária da Emissora.

4.6.3. Garantia Fidejussória

4.6.3.1. Para assegurar o cumprimento das obrigações pecuniárias, principais e acessórias, assumidas nesta Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se a, entre 1 de junho de 2015 até 30 de janeiro de 2016, a entregar em favor dos debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, uma carta de fiança. O fiador assumirá, em caráter irrevogável e irretratável, como fiador e principal pagador, solidariamente responsável com a Emissora, dos valores devidos nos termos desta Escritura de Emissão, conforme os termos e condições abaixo, incluindo despesas incorridas pelo Agente Fiduciário para excussão de qualquer garantia prevista nesta Escritura de Emissão. Para os fins aqui previstos, a carta de fiança deverá atender os requisitos abaixo e deverá ser emitida na forma do modelo Anexo I ao presente instrumento ("Carta de Fiança").

4.6.3.2. A critério da Emissora, o fiador poderá ser qualquer uma das seguintes instituições financeiras: (i) Banco Itaú Unibanco S.A., (ii) Banco Bradesco S.A., (iii) Banco do Brasil S.A., (iv) Caixa Econômica Federal, (v) HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, (vi) Banco Citibank S.A., ou (vii) Banco BTG Pactual S.A. ✓

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2

12



4.6.3.3. Alternativamente, a Emissora poderá solicitar ao Agente Fiduciário a aprovação de fiador distinto de qualquer daqueles dispostos no item acima, devendo o Agente Fiduciário submeter a respectiva solicitação à aprovação dos Debenturistas.

1269948

4.6.3.4. Na hipótese de o fiador não for qualquer uma das instituições financeiras listadas no item 4.6.3.2 acima, o fiador deverá observar, desde a emissão da Carta de Fiança até a Data de Vencimento, as obrigações abaixo, ressalvado o direito de os Debenturistas de exigir obrigações adicionais para aprovação desse fiador:

- (a) obter e manter classificação de risco (*rating*) de longo prazo internacional ("long-term foreign") corporativo do fiador (ou de companhia emissora de dívida dos controladores ou controladas, direta ou indiretamente, do fiador) de pelo menos "BB *flat*" ou "Ba2" divulgada por uma das agências internacionais (Fitch, S&P ou Moody's);
- (b) observar e manter os índices e limites financeiros ("Índices Financeiros") abaixo especificados, acompanhados anualmente pelo Agente Fiduciário até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures, a serem calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas do fiador, ao final de cada exercício social, em até 15 (quinze) dias corridos após a divulgação das respectivas demonstrações financeiras consolidadas do fiador, sendo que o primeiro acompanhamento ocorrerá com base nos números divulgados pelo fiador referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014:

	Índice
Dívida Líquida/EBITDA	Inferior ou igual a 5

Onde:

- i. considera-se como "Dívida Líquida", a soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, o saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos em que o fiador seja parte, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras auditadas do fiador, classificadas no passivo circulante e exigível de longo prazo do fiador menos as disponibilidades. Os casos de avais, fianças e outras garantias prestadas mantidas fora do balanço do fiador, considerar-se-ão como dívida.
- ii. considera-se como "EBITDA", o lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de

TEXT_SP 9089592x4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269949

13

renda e da contribuição social, adicionando-se (a) despesas não operacionais; (b) despesas financeiras; (c) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto) e (d) provisão de manutenção; e excluindo-se (a) receitas não operacionais; e (b) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice.

4.6.3.5. O fiador obrigará-se-á, em caráter irrevogável e irretratável, como fiador, responsável solidariamente à Emissora como principal pagador das Obrigações Garantidas (conforme definido abaixo) oriundas das Debêntures desta Emissão, nos termos desta Escritura de Emissão e em conformidade com os artigos 818 e seguintes da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil").

4.6.3.6. O fiador, por meio da Carta de Fiança, (i) reconhece como prazo determinado da fiança o período de 60 (sessenta) dias após a Data de Vencimento, (ii) renuncia, nos termos do artigo 828, I e II, do Código Civil, renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 821, 827, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil e 77 e 595 da Lei 5.869 de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), (iii) declara conhecimento integral dos termos da presente Escritura de Emissão, dos Contratos de Alienação Fiduciária e do Contrato de Cessão Fiduciária, conforme o caso; e (iv) adere, de forma incondicional, ao disposto neste item 4.6.3, o qual vinculará e regulará, de pleno direito, os termos da fiança.

4.6.3.7. O valor da Carta de Fiança deverá abranger o valor total das obrigações inerentes à Emissão, o qual inclui: (i) o Valor Nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, se for o caso, calculados nos termos desta Escritura de Emissão; bem como (ii) todos os acessórios ao principal, inclusive o Custo de Antecipação (conforme definido abaixo), as despesas e custas judiciais, honorários e despesas com assessor legal, honorários e despesas com Agente Fiduciário, incluindo no caso de excussão de garantias, Banco Mandatário, CETIP e verbas indenizatórias, quando houver, nos termos do artigo 822 do Código Civil ("Obrigações Garantidas").

4.6.3.8. O fiador deverá pagar as Obrigações Garantidas, no prazo estipulado na Carta de Fiança, contado a partir da data de envio de comunicação por escrito pelo Agente Fiduciário ao fiador ("Notificação de Pagamento").

4.6.3.9. O pagamento das Obrigações Garantidas deverá ser efetuado independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações e será realizado mediante depósito à vista, em moeda nacional, em conta corrente a

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269950

14

ser indicada pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em momento oportuno, sendo todos os pagamentos realizados pelo fiador líquidos de deduções ou retenções fiscais de tal forma que os Debenturistas recebam quantia igual à que receberia caso o pagamento fosse feito na forma estabelecida na Escritura de Emissão. O pagamento deverá ser realizado fora do âmbito da CETIP e de acordo com instruções razoáveis recebidas do Agente Fiduciário.

4.6.3.10. A Carta de Fiança será exigível pelo valor total das Obrigações Garantidas, de forma a que o fiador possa sub-rogar-se nos direitos dos Debenturistas, na forma do item 4.6.3.11 abaixo, caso realize o pagamento das Obrigações Garantidas. Uma vez excutida todas as garantias aqui previstas, a Emissora mais nada deverá ao fiador.

4.6.3.11. O comprovante de transferência de recursos feito pelo fiador aos Debenturistas na forma prevista na Notificação de Pagamento servirá como comprovante de quitação das obrigações assumidas para os fins do art. 831 do Código Civil. Honrada a Carta de Fiança, o fiador sub-rogar-se-á imediata, integral e ilimitadamente nos direitos, ações, privilégios e garantias dos Debenturistas, na qualidade de detentor das Debêntures, inclusive com relação ao Contrato de Alienação Fiduciária da Odebrecht Projetos Ambientais e a todos os demais direitos previstos na Escritura de Emissão. Os Debenturistas e o Agente Fiduciário não poderão praticar qualquer ato que venha prejudicar a sub-rogação pelo fiador e o exercício dos direitos dela decorrentes.

4.6.3.12. A fiança aqui prevista será exigível, a qualquer tempo, nas hipóteses previstas na Cláusula 4.15.1, alíneas (a), (d), (f), (g), (i), (k), (n), (o), (q), (r), (t), (v), (x), (z), (bb), (cc), (ee), (gg), (ii), (jj), (ll), (mm), (pp), (rr) ou (ss). Com relação às demais hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 4.15.1, fica desde já entendido que a Carta de Fiança somente será exigível a partir da Data de Vencimento das Debêntures, inclusive.

4.6.4. Cessão Fiduciária

4.6.4.1. As Debêntures serão garantidas, ainda, pela cessão fiduciária de direitos e créditos originalmente detidos pela Emissora e que serão utilizados para integralizar o capital social da Odebrecht Projetos Ambientais e será celebrada por meio de um "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária em Garantia" entre a Emissora, o Agente Fiduciário, e o Banco BTG Pactual S.A., na qualidade de banco depositário ("Contrato de Cessão Fiduciária"). Ato contínuo, após a integralização, a Odebrecht Projetos Ambientais passará ser a fiduciante desses direitos e créditos por meio da celebração de um aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária.

4.6.4.2. O Contrato de Cessão Fiduciária deverá ser celebrado até a data de integralização das Debêntures.

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A643D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269951

4.6.4.3. Somente após a emissão de fiança nos termos desta Escritura de Emissão, os recursos dados em garantia no Contrato de Cessão Fiduciária poderão ser desonerados.

4.6.5. Os Contratos de Alienação Fiduciária, o Contrato de Cessão Fiduciária e a Carta de Fiança são denominados em conjunto os "Contratos de Garantia".

4.6.5.1. Os Contratos de Garantia deverão permanecer em pleno vigor e efeito até o cumprimento integral das obrigações oriundas das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão pela Emissora, observado o disposto na Cláusula 4.6.4.3 acima.

4.6.5.2. Os Contratos de Garantia, conforme aplicável, permanecerão em vigor em caso de sub-rogação dos direitos dos Debenturistas.

4.6.5.3. Após a integralização das Debêntures e na ocorrência de qualquer dos eventos mencionados acima, a Emissora e o Agente Fiduciário obrigam-se a aditar esta Escritura de Emissão, nos termos do modelo constante do Anexo II a esta Escritura de Emissão, para alterar a espécie das Debêntures, ficando, desde já, o Agente Fiduciário autorizado a celebrar o respectivo aditamento. Cada aditamento à Escritura deverá ser celebrado na mesma data da formalização de cada garantia mencionada acima e deverá ser protocolizado para registro na JUCERJA no prazo de 5 (cinco) dias consecutivos a contar de sua assinatura. Após a celebração do aditamento que irá alterar a espécie das Debêntures, a Emissora deverá entregar uma cópia desse aditamento à CETIP.

4.7. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E FORMA DE INTEGRALIZAÇÃO

4.7.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário ("Preço de Subscrição").

4.7.2. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, pelo Preço de Subscrição, em moeda corrente nacional, em uma única data, de acordo com os procedimentos aplicáveis da CETIP, a partir da data de início de distribuição ("Data de Integralização").

4.8. DATA DE VENCIMENTO

A data de vencimento das Debêntures será 15 de dezembro de 2017 ("Data de Vencimento"). Na Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.

4.9. AMORTIZAÇÃO DO PRINCIPAL

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



16

O Valor Nominal Unitário das Debêntures ou Saldo do Valor Nominal Unitário (conforme abaixo definido) será amortizado em uma única parcela, na Data de Vencimento.

1269952 4.10. REMUNERAÇÃO DAS DEBÊNTURES

4.10.1. Sobre o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário (conforme abaixo definido), conforme aplicável, incidirão juros correspondentes à variação acumulada de 135% (cento e trinta e cinco por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na rede mundial de computadores (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), desde a Data de Integralização até a data do seu efetivo pagamento, que deve ocorrer ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo) ("Remuneração das Debêntures" ou simplesmente "Remuneração").

O cálculo da Remuneração das Debêntures obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde:

J	valor unitário da Remuneração das Debêntures devida no final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;
VNe	Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário (conforme abaixo definido), conforme aplicável, no início de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
FatorDI	produtório das Taxas DI, com uso de percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma: ✓

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n \left(1 + TD1_k \times \frac{p}{100} \right)$$

TEXT_SP 9089592;4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269953

17

onde:

- k número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n ;
 n número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), sendo " n " um número inteiro;
 p 135,00 (cento e trinta e cinco inteiros);
 TDI_k Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k \times p/100)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k \times p/100)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada, em sua substituição, na apuração de TDI_k

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269954

18

a divulgada a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.

Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos abaixo quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures.

4.10.2. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Taxa DI, ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar, no primeiro Dia Útil subsequente ao término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos acima, assembleia geral de debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas") (no modo e prazos estipulados na Cláusula VII desta Escritura de Emissão e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação dos Debenturistas, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado interbancário vigentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro, serão utilizadas, para o cálculo da Remuneração das Debêntures, a última Taxa DI divulgada oficialmente na apuração do Fator DI, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro da Remuneração das Debêntures.

4.10.2.1. Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração das Debêntures entre a Emissora e os Debenturistas representando no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido), a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido), cancelando-as subsequentemente, no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, ou em prazo a ser definido pelos Debenturistas representando no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido), de comum acordo com a Emissora, pelo seu Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo), conforme aplicável, acrescido da Remuneração das Debêntures devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Integralização, sem multa ou prêmio de qualquer natureza. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração das Debêntures, será utilizada para cálculo da Remuneração das Debêntures, a última Taxa DI disponível.

4.10.2.2. Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, esta não será mais realizada e a Taxa DI então divulgada, a partir da respectiva data de referência, será utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures.

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269955

19

4.10.3. Para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures, define-se “Período de Capitalização” como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização, inclusive, e termina na Data de Pagamento de Remuneração correspondente ao período, exclusive, quer seja a Data de Vencimento ou a data de vencimento antecipado das Debêntures.

4.10.4. Define-se “Saldo do Valor Nominal Unitário” como o Valor Nominal Unitário remanescente, conforme aplicável.

4.10.5. O pagamento da Remuneração das Debêntures será devido em uma única parcela, na Data de Vencimento ou na data de eventual Resgate Antecipado Obrigatório ou Amortização Extraordinária, conforme aplicável, (“Data de Pagamento da Remuneração”).

4.10.5.1. Farão jus aos pagamentos das Debêntures aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil anterior a cada data de pagamento das Debêntures.

4.10.6. Se ocorrer o Resgate Antecipado Obrigatório, Amortização Extraordinária (conforme definidos abaixo) ou vencimento antecipado das Debêntures após 180 (cento e oitenta) dias da Data de Emissão, o valor devido pela Emissora em razão dessa antecipação deverá ser acrescido de custo de antecipação de 1% (um por cento) (“Custo de Antecipação”) sobre o montante recebido antecipadamente.

4.11. REPACTUAÇÃO

As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.12. RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO OU AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

4.12.1. As Debêntures não estarão sujeitas ao resgate antecipado facultativo pela Emissora, total ou parcial.

4.12.2. As Debêntures deverão ser amortizadas extraordinariamente (“Amortização Extraordinária”) sempre que a Odebrecht Projetos Ambientais efetuar o pagamento de dividendos, lucros, juros sobre capital próprio ou quaisquer direitos relacionados à Participação Societária na Odebrecht Projetos Ambientais. O valor da Amortização Extraordinária deverá corresponder montante recebido pela Emissora à título de Participação Societária na Odebrecht Projetos Ambientais. Para os fins aqui previstos, a Emissora deverá notificar o Agente Fiduciário na mesma data dos atos societários que vieram a deliberar o pagamento de dividendos, lucros, juros sobre capital próprio ou quaisquer direitos relacionados à Participação Societária na Odebrecht Projetos Ambientais. ✓

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269956

20

4.12.2.1. A Amortização Extraordinária deverá ocorrer por meio de comunicação enviada pela Emissora aos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário e CETIP, ou mediante publicação de aviso aos Debenturistas nos termos da cláusula 4.20. abaixo ("Comunicação de Amortização Extraordinária"), com antecedência de 2 (dois) Dias Úteis no qual deverá descrever os termos e condições da Amortização Extraordinária, incluindo (a) a data em que será realizada a Amortização Extraordinária; (b) menção ao valor a ser pago aos Debenturistas a título de Amortização Extraordinária; e (c) qualquer outra informação relevante para os Debenturistas.

4.12.2.2. O pagamento das Debêntures Amortização Extraordinária será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, e/ou (ii) mediante depósito em contas correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, no caso de Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.12.2.3. O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização até a data do efetivo pagamento devido em razão da amortização extraordinária.

4.13. RESGATE ANTECIPADO OBRIGATÓRIO

4.13.1. A partir do 35º (trigésimo quinto) mês a contar da Data de Emissão, a Emissora deverá resgatar as Debêntures, na sua totalidade, caso a Emissora venha a vender, ceder ou transferir, parcial ou totalmente, as ações detidas no capital social da Odebrecht Projetos Ambientais. O resgate das Debêntures deverá ser realizado pelo Valor Nominal Unitário ou o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização até a data do efetivo resgate antecipado obrigatório das Debêntures em Circulação, bem como dos Encargos Moratórios, se houver ("Resgate Antecipado Obrigatório").

4.13.1.1. O Resgate Antecipado Obrigatório deverá ocorrer por meio de comunicação enviada pela Emissora aos Debenturistas, à CETIP, com cópia ao Agente Fiduciário, ou mediante publicação de aviso aos Debenturistas nos termos da cláusula 4.20. abaixo ("Comunicação de Resgate Antecipado Obrigatório"), com antecedência de 2 (dois) Dias Úteis no qual deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado, incluindo (a) a data em que será realizado o Resgate Antecipado Obrigatório; (b) menção ao valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado Obrigatório; e (c) qualquer outra informação relevante para os Debenturistas. *h v*

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

h v
Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269957

21

4.13.1.2. O pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio do Resgate Antecipado Obrigatório será feito: (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, e/ou (ii) mediante depósito em contas correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Liquidante, no caso de Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.13.1.3. O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido (a) da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização até a data do efetivo pagamento devido em razão do resgate antecipado.

4.13.1.4. Não haverá a possibilidade de a Emissora realizar o Resgate Antecipado Obrigatório parcial das Debêntures.

4.13.1.5. O produto da alienação de ações de titularidade da Emissora no do capital social da Odebrecht Projetos Ambientais deverá ser utilizado para o pagamento do Resgate Antecipado Obrigatório. Se o produto da alienação do capital social da Odebrecht Projetos Ambientais for inferior ao Resgate Antecipado Obrigatório, a Emissora continuará responsável pelo pagamento integral das obrigações oriundas das Debêntures e poderá efetuar esse pagamento fora do ambiente da CETIP, neste caso, as debêntures não estarão custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.13.1.6. As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos aqui previstos deverão ser canceladas pela Emissora, observada a regulamentação em vigor.


4.14. AQUISIÇÃO FACULTATIVA

A Emissora não poderá realizar a aquisição facultativa das Debêntures.

4.15. VENCIMENTO ANTECIPADO

4.15.1. Observado o disposto nos itens 4.15.2 a 4.15.4 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização, incluindo o Custo de Antecipação (conforme definido acima), custos e/ou despesas adicionais que os Debenturistas venham a incorrer em razão da declaração de vencimento antecipado das Debêntures (*break-fund costs*), até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência das seguintes hipóteses (cada um, um "Evento de Vencimento Antecipado"): A ✓

TEXT_SP 9089592v4 1086/66


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269958

22

- (a) inadimplemento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures ou estabelecida na presente Escritura de Emissão;
- (b) inadimplemento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista na presente Escritura de Emissão (incluindo, mas não se limitando a, obrigações oriundas dos Contratos de Alienação Fiduciária ou do Contrato de Cessão Fiduciária, conforme aplicável), não sanada no prazo de 20 (vinte) Dias Úteis contados da data do inadimplemento ou no prazo estabelecido para sanar o inadimplemento, se houver;
- (c) se ocorrer a alteração de controle indireto da Emissora;
- (d) se ocorrer a alteração de controle direto e indireto da (i) Odebrecht Projetos Ambientais e suas controladas; e/ou (ii) da Odebrecht Ambiental S.A. ("Odebrecht Ambiental") e, em conjunto com a Odebrecht Projetos Ambientais e as controladas diretas e indiretas da Odebrecht Projetos Ambientais, o "Grupo Econômico da Odebrecht Ambiental";
- (e) inadimplemento da Emissora, ainda que na condição de garantidora, de obrigação de qualquer valor individual ou agregado superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas;
- (f) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária ou declaração de vencimento antecipado de qualquer sociedade do Grupo Econômico da Odebrecht Ambiental, decorrente de inadimplemento, ainda que na condição de garantidora, de obrigação de qualquer valor individual ou agregado superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, exceto se tal inadimplemento ou vencimento antecipado ocorrer em obrigação contraída junto a qualquer dos Debenturistas, caso em que não haverá valor mínimo para declaração de vencimento antecipado das Debêntures;
- (g) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária ou declaração de vencimento antecipado da Odebrecht S.A., decorrente de inadimplemento, ainda que na condição de garantidora, de obrigação de qualquer valor individual ou agregado superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, exceto se tal inadimplemento ou vencimento antecipado ocorrer em obrigação contraída junto a qualquer dos Debenturistas, caso em que não haverá valor mínimo para declaração de vencimento antecipado das Debêntures;
- (h) caso qualquer das declarações e garantias prestadas pela Emissora ou Leste Participações, conforme aplicável, em qualquer documento relacionado às Debêntures (incluindo, mas

TEXT_SP 9089592v6 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269959

23

não se limitando a, esta Escritura de Emissão e aos Contratos de Alienação Fiduciária) provarem-se, em aspectos relevantes, falsas, incorretas ou enganosas;

- (i) caso qualquer das declarações e garantias prestadas por qualquer sociedade do Grupo Econômico da Odebrecht Ambiental, conforme aplicável, em qualquer documento relacionado às Debêntures (incluindo, mas não se limitando a, esta Escritura de Emissão, aos Contratos de Alienação Fiduciária, Contrato de Cessão, no contrato de subscrição de ações (ou acordo de investimento) a ser celebrado entre Odebrecht Ambiental S.A., Campo Novo RJ Participações S.A., Odebrecht Ambiental – Projetos Ambientais S.A., dentre outros (“Acordo de Investimento”), no contrato de depósito a ser celebrado pela Odebrecht Ambiental – Projetos Ambientais S.A., Odebrecht Ambiental S.A., Odebrecht S.A., Campo Novo RJ Participações S.A., Banco BTG Pactual S.A., dentre outros (“Contrato de Depósito”) ou no Acordo de Acionistas) provarem-se, em aspectos relevantes, falsas, incorretas ou enganosas;
- (j) (i) decretação de falência da Emissora; (ii) pedido de autofalência pela Emissora; (iii) pedido de falência da Emissora formulado por terceiros não elidido no prazo legal, (iv) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (v) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;
- (k) (i) decretação de falência de qualquer sociedade do Grupo Econômico da Odebrecht Ambiental; (ii) pedido de autofalência de qualquer sociedade do Grupo Econômico da Odebrecht Ambiental; (iii) pedido de falência de qualquer sociedade do Grupo Econômico da Odebrecht Ambiental formulado por terceiros não elidido no prazo legal, (iv) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial de qualquer sociedade do Grupo Econômico da Odebrecht Ambiental, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (v) liquidação, dissolução ou extinção de qualquer sociedade do Grupo Econômico da Odebrecht Ambiental;
- (l) pagamentos aos acionistas da Emissora de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a Emissora estiver em mora com relação a qualquer de suas obrigações decorrentes das Debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo legal obrigatório previsto no estatuto social da Emissora;
- (m) protestos de títulos contra a Emissora, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), e que não sejam sanados, declarados ilegítimos ou comprovados como tendo sido indevidamente efetuados, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data em que a Emissora tiver ciência da respectiva ocorrência, ou for

TEXT_SP 9089592.v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269960

24

demandada em processo de execução e não garantir o juízo ou não liquidar a dívida no prazo estipulado judicialmente ou com o efetivo arresto judicial de bens, ou ainda inadimplirem obrigações em operações financeiras, cujo valor agregado seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);

- (n) protestos de títulos contra qualquer sociedade do Grupo Econômico da Odebrecht Ambiental, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), e que não sejam sanados, declarados ilegítimos ou comprovados ao Agente Fiduciário pela Emissora, como tendo sido indevidamente efetuados, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data em que qualquer sociedade do Grupo Econômico da Odebrecht Ambiental tiver ciência da respectiva ocorrência, ou for demandada em processo de execução e não garantir o juízo ou não liquidar a dívida no prazo estipulado judicialmente ou com o efetivo arresto judicial de bens, ou ainda inadimplirem obrigações em operações financeiras, cujo valor agregado seja igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais);
- (o) protestos de títulos contra a Odebrecht S.A., cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), e que não sejam sanados, declarados ilegítimos ou comprovados ao Agente Fiduciário pela Emissora, como tendo sido indevidamente efetuados, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data em que a Odebrecht S.A. tiver ciência da respectiva ocorrência, ou for demandada em processo de execução e não garantir o juízo ou não liquidar a dívida no prazo estipulado judicialmente ou com o efetivo arresto judicial de bens, ou ainda inadimplirem obrigações em operações financeiras, cujo valor agregado seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
- (p) caso a Emissora seja inscrita em quaisquer cadastros dos órgãos de proteção ao crédito, inclusive, mas não se limitando, ao SPC, SERASA ou Sistema de Informações de Crédito do Banco Central, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), e que a inscrição não seja sanada, declarada ilegítima ou comprovada como tendo sido indevidamente efetuada, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data em que a Emissora tiver ciência da respectiva ocorrência;
- (q) caso qualquer sociedade do Grupo Econômico da Odebrecht Ambiental seja inscrita em quaisquer cadastros dos órgãos de proteção ao crédito, inclusive, mas não se limitando, ao SPC, SERASA ou Sistema de Informações de Crédito do Banco Central, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), e que a inscrição não sejam sanada, declarada ilegítima ou comprovada como tendo sido

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269961

25

indevidamente efetuada, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data em que a respectiva sociedade tiver ciência da respectiva ocorrência;

- (r) caso a Odebrecht S.A. seja inscrita em quaisquer cadastros dos órgãos de proteção ao crédito, inclusive, mas não se limitando, ao SPC, SERASA ou Sistema de Informações de Crédito do Banco Central, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), e que a inscrição não sejam sanada, declarada ilegítima ou comprovada como tendo sido indevidamente efetuada, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data em que a referida sociedade tiver ciência da respectiva ocorrência;
- (s) redução de capital da Emissora;
- (t) redução de capital de qualquer sociedade do Grupo Econômico da Odebrecht Ambiental, exceto na hipótese de redução para absorção de prejuízos acumulados conforme o artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações;
- (u) alteração do objeto social da Emissora;
- (v) alteração relevante do objeto social de qualquer sociedade do Grupo Econômico da Odebrecht Ambiental;
- (w) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora, em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas no prazo de até 10 (dez) dias consecutivos da data estipulada para pagamento;
- (x) (i) não cumprimento de qualquer decisão arbitral definitiva ou sentença judicial transitada em julgado contra qualquer sociedade do Grupo Econômico da Odebrecht Ambiental, em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, no prazo de até 10 (dez) dias consecutivos da data estipulada para pagamento;
- (y) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora que afete de forma significativa o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora;

TEXT_SP 9089592v6 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269962

26

- (z) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas por qualquer sociedade do Grupo Econômico da Odebrecht Ambiental que afete de forma significativa o regular exercício das atividades desenvolvidas pela respectiva sociedade;
- (aa) se for movida qualquer medida judicial, extrajudicial ou administrativa, procedimento judicial ou extrajudicial, incluindo natureza criminal, contra a Emissora que, a critério dos Debenturistas, desde que devidamente justificado, afete os direitos dos Debenturistas, caso estes não sejam reparados em 30 (trinta) dias consecutivos;
- (bb) propositura de qualquer medida judicial, extrajudicial ou administrativa, civil, tributária, trabalhista, ambiental, previdenciária ou criminal, contra qualquer sociedade do Grupo Econômico da Odebrecht Ambiental, a Odebrecht S.A. e/ou quaisquer de seus respectivos administradores, desde que: (a) tal medida afete substancialmente e de forma adversa a capacidade de pagamento ou a gestão dos negócios de qualquer sociedade do Grupo Econômico Odebrecht Ambiental ou da Odebrecht S.A., a critério dos Debenturistas e (b) os efeitos substancialmente adversos da medida não sejam reparados em 30 (trinta) dias consecutivos;
- (cc) caso os Contratos de Garantia, o Contrato de Cessão Fiduciária, o Acordo de Investimentos, o Contrato de Depósito ou o Acordo de Acionistas a ser celebrado entre Odebrecht Ambiental S.A., Emissora, Odebrecht Projetos Ambientais, Odebrecht Ambiental – Região Metropolitana do Recife/Goiana SPE S.A., Odebrecht Ambiental – Goiás S.A., Odebrecht Ambiental – Macaé S.A. e Odebrecht Ambiental – Manso S.A. (“Acordo de Acionistas”), seja(m) objeto de questionamento judicial ou extrajudicial, com a emissão, por juízo brasileiro ou internacional, de decisão de qualquer natureza, ainda que liminar ou precária, desde que não revertida no prazo de 30 (trinta) dias, , que, a critério dos Debenturistas, desde que comprovadamente afete o exercício de qualquer de seus direitos previstos nesta Escritura de Emissão, inclusive no que tange às garantias concedidas em favor dos Debenturistas;
- (dd) transformação da Emissora em outro tipo societário;
- (ee) transformação de qualquer sociedade do Grupo Econômico da Odebrecht Ambiental em outro tipo societário;
- (ff) desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental brasileira que resulte na incapacidade da Emissora de gerir seus respectivos negócios, desde

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269963

27

que tal desapropriação, confisco ou outra medida afete substancialmente e de forma adversa a capacidade de pagamento, pela Emissora de suas respectivas obrigações;

- (gg) desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental brasileira que resulte na incapacidade de qualquer sociedade do Grupo Econômico da Odebrecht Ambiental gerir seus respectivos negócios e projetos de investimentos, desde que tal desapropriação, confisco ou outra medida afete substancialmente e de forma adversa a capacidade de pagamento, por parte de qualquer sociedade do Grupo Econômico da Odebrecht Ambiental, de suas respectivas obrigações;
- (hh) cisão, fusão ou, ainda, incorporação da Emissora por outra companhia (inclusive por meio de incorporação de ações);
- (ii) cisão, fusão ou, ainda, incorporação da Odebrecht Ambiental ou de suas controladas diretas ou indiretas (excluídas a Odebrecht Projetos Ambientais e suas controladas) (inclusive por meio de incorporação de ações) por outra companhia que não seja a Odebrecht Ambiental ou uma de suas controladas diretas ou indiretas;
- (jj) cisão, fusão ou, ainda, incorporação da Odebrecht Projetos Ambientais ou de quaisquer de suas controladas, por outra companhia (inclusive por meio de incorporação de ações) que não seja a Odebrecht Projetos Ambientais ou uma de suas controladas;
- (kk) não cumprimento pela Emissora das obrigações previstas nos Contratos de Alienação Fiduciária, no Contrato de Cessão Fiduciária, no Contrato de Depósito, no Acordo de Investimentos ou no Acordo de Acionistas;
- (ll) não cumprimento, por qualquer sociedade do Grupo Econômico da Odebrecht Ambiental, conforme aplicável, das obrigações previstas nos Contratos de Alienação Fiduciária, no Contrato de Cessão Fiduciária, no Contrato de Depósito, no Acordo de Investimentos ou no Acordo de Acionistas, conforme aplicável;
- (mm) distrato, rescisão, resilição ou qualquer alteração ao Acordo de Acionistas sem anuência prévia dos Debenturistas;
- (nn) não utilização, pela Emissora, dos recursos obtidos com a Emissão, estritamente nos termos do item 3.4 acima;
- (oo) venda ou transferência de ativos relevantes da Emissora de valor agregado superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas;

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269964

28

- (pp) venda ou transferência de ativos relevantes de qualquer sociedade do Grupo Econômico da Odebrecht Ambiental, de valor agregado superior a R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) ou seu valor equivalente em outras moedas;
- (qq) não cumprimento de leis e regras locais aplicáveis à Emissora, especialmente trabalhistas e ambientais;
- (rr) não cumprimento de leis e regras locais aplicáveis a qualquer sociedade do Grupo Econômico da Odebrecht Ambiental, especialmente trabalhistas e ambientais; ou
- (ss) descumprimento das obrigações previstas na Cláusula 4.6.3 (incluindo seus sub-itens) - Garantia Fidejussória - desta Escritura de Emissão por parte do fiador.

4.15.1.2. As referências a “controle” encontradas no item 4.15.1 e em seus subitens acima, deverão ser entendidas como tendo o sentido conferido pelo artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.

4.15.1.3. Os valores mencionados nas alíneas (e), (m), (n) e (o) dos itens acima serão reajustados anualmente pelo Índice Geral de Preços do Mercado (“IGP-M”), calculado pela Faculdade Getúlio Vargas no dia 15 de setembro de cada ano.

4.15.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (e), (f), (g) e (q) do item 4.15.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer notificação. Na ocorrência de qualquer outro evento do item 4.15.1 acima e não mencionado anteriormente, o Agente Fiduciário deverá publicar a convocação da Assembleia de Debenturistas, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar do momento em que tomar ciência do evento, para deliberar sobre a eventual não decretação de vencimento antecipado das Debêntures. A Assembleia de Debenturistas a que se refere este item deverá ser realizada no prazo legal.

4.15.3. Na Assembleia de Debenturistas mencionada no item 4.15.2 acima, que será instalada observado o quórum previsto na Cláusula VII desta Escritura de Emissão, os Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, poderão optar por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

4.15.3.1 Independente do disposto no item 4.15.3 acima, a não instalação da referida Assembleia de Debenturistas por falta de quórum, verificadas após a primeira e segunda convocação, deverá ser interpretada pelo Agente Fiduciário como uma opção dos Debenturistas em declarar antecipadamente vencidas as Debêntures de que são titulares.

TEXT_SP 90R9592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269965

29

4.15.4. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração das Debêntures calculada *pro rata temporis*, do Custo de Antecipação e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura da Emissão, desde a Data de Integralização até a data do efetivo pagamento, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que for declarado o vencimento antecipado, mediante comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada ou com aviso de recebimento no endereço constante da Cláusula IX desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.16 abaixo.

4.15.4.1. A Emissora, juntamente com o Agente Fiduciário deverá comunicar a CETIP sobre o pagamento de que trata o item 4.15.4. acima com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

4.16. ENCARGOS MORATÓRIOS

Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, devidamente acrescidos da Remuneração das Debêntures, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês; ambos calculados sobre o montante devido e não pago.

4.17. ATRASO NO RECEBIMENTO DOS PAGAMENTOS

Sem prejuízo do disposto no item 4.16. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração das Debêntures e/ou encargos moratórios a partir da data em que o valor correspondente seja disponibilizado pela Emissora ao Debenturista, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a referida data.

4.18. LOCAL DE PAGAMENTO

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures e quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP, e/ou com os

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269966

procedimentos adotados pelo Banco Liquidante, para as Debêntures que não estejam vinculadas à CETIP.

4.19. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

4.19.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente (conforme abaixo definido), sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, quando coincidirem com qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo e feriado declarado nacional.

4.19.2. Para fins desta Escritura de Emissão, a expressão “Dia(s) Útil(eis)” significa qualquer dia que não seja sábado, domingo, feriado declarado nacional.

4.20. PUBLICIDADE

Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de “Avisos aos Debenturistas”, e publicados no “Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro” e no jornal “Diário Comercial”, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta Restrita e os prazos legais, devendo, ainda, a Emissora comunicar o Agente Fiduciário da realização da referida publicação, na mesma data de sua publicação. Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário e à CETIP informando o novo veículo.

CLÁUSULA V OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

(a) Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) no prazo máximo de 90 (noventa) dias consecutivos após o término de cada exercício social, ou no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de sua

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269967

31

divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas do relatório da administração e do parecer ou relatório, conforme o caso dos auditores independentes, bem como declaração assinada pelo(s) diretor(es) da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (b) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; e (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social;

- (ii) no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias consecutivos após o término de cada trimestre do exercício social, ou no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas informações financeiras consolidadas relativas ao respectivo semestre, acompanhadas do relatório da administração e do parecer ou relatório, conforme o caso, dos auditores independentes, caso não estejam disponíveis na CVM;
- (iii) no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis, qualquer informação que, razoavelmente, lhe venha a ser solicitada;
- (iv) até no máximo 1 (um) Dia Útil após a publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.20 acima;
- (v) informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis, contados da data do descumprimento;
- (vi) os atos societários, os dados financeiros e o organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário para a realização do relatório citado na alínea "k" da cláusula 6.5, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto na alínea "l" da cláusula 6.5 abaixo; e

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269968

32

- (vii) caso ocorra o disposto na Cláusula 4.6.3.4 acima, (a) no prazo máximo de 90 (noventa) dias consecutivos após o término de cada exercício social, ou no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (a) cópia das demonstrações financeiras consolidadas do fiador relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas do relatório da administração e do parecer ou relatório, conforme o caso dos auditores independentes, caso não estejam disponíveis na CVM; e (b) relatório específico de apuração dos Índices Financeiros, elaborado pelos auditores independentes contratados, contendo memória de cálculo detalhada para acompanhamento dos Índices Financeiros, compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção destes, sob pena de impossibilidade de acompanhamento, pelo Agente Fiduciário, dos respectivos Índices Financeiros, podendo este solicitar à Emissora ou fiador todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários.
- (b) disponibilizar aos seus acionistas e aos titulares de Debêntures, pelo menos anualmente, as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações;
- (c) atender de forma eficiente às solicitações dos titulares de Debêntures e do Agente Fiduciário;
- (d) convocar, nos termos da Cláusula VII, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura, mas não o faça em 1 (um) Dia Útil da ocorrência do fato que ensejar a convocação;
- (e) informar o Agente Fiduciário sobre a ocorrência de qualquer evento previsto no item 4.15 desta Escritura de Emissão em até 1 (um) Dia Útil da ocorrência do fato;
- (f) cumprir tempestivamente todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (g) em até 5 (cinco) Dias Úteis da ocorrência do evento, notificar ao Agente Fiduciário sobre qualquer alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora, bem como quaisquer eventos ou situações que: (i) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura.

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269969


33

de Emissão e das Debêntures; ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras da Emissora não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;

- (h) cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que tange à destinação dos recursos captados por meio da Emissão, nos Contratos de Garantia e no Acordo de Acionistas;
- (i) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário, o Agente Fiduciário e sistemas de negociação no mercado secundário por meio do *CETIP Trader* e CETIP 21;
- (j) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (k) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos, em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão;
- (l) manter sempre válidas e em vigor as licenças e autorizações relevantes para a boa condução dos negócios da Emissora;
- (m) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor independente registrado na CVM;
- (n) fornecer tempestivamente todas as informações que vierem a ser solicitadas pela CVM ou pela CETIP;
- (o) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;
- (p) guardar, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da presente data, toda a documentação relativa à Emissão;
- (q) cumprir com todos os requisitos e obrigações estabelecidos nesta Escritura de Emissão e na regulamentação em vigor pertinente à matéria, em especial as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, incluindo:

xy

TEXT_SP 9089592v4 1086/66


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269970

39

- (i) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedade por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
- (ii) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (iii) manter os documentos mencionados no item (h) acima, em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos; e
- (iv) não revelar informações relativas à Emissão, exceto aquilo que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida, tudo em conformidade com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando a, o disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), bem como abster-se de, até o envio da comunicação de encerramento da Emissão à CVM, utilizar as informações referentes à Emissão, exceto para fins estritamente relacionados com a preparação da Emissão; e
- (r) não (i) conceder mútuos a qualquer outra sociedade, integrante ou não do mesmo grupo econômico a que pertence a Emissora, (ii) prestar fiança, garantia ou assumir obrigações de qualquer natureza em benefício de terceiros; (iii) constituir novas dívidas, ou (iv) transferir ou por qualquer forma ceder ou prometer ceder a terceiros os direitos e obrigações assumidos nos termos desta Escritura de Emissão.

5.2. A Emissora não poderá, durante todo o prazo de vigência desta Emissão (i) fazer qualquer investimento (na forma de empréstimo, contribuição de capital ou de qualquer outra forma) por meio do qual se torne titular de ações ou quotas de outras sociedades que não a Odebrecht Projetos Ambientais; (ii) realizar qualquer tipo de endividamento que não seja relativo a presente Escritura; e (iii) participar de outros negócios não relacionados à Participação Societária na Odebrecht Projetos Ambientais.

5.3. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos titulares de Debêntures deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos titulares de Debêntures e posteriormente ressarcidas pela Emissora, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal. Tais

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2

35



1269971

despesas a serem adiantadas pelos titulares de Debêntures incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos titulares de Debêntures. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais e extrajudiciais, decorrentes da sucumbência em ações judiciais, serão igualmente suportadas pelos titulares de Debêntures, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias consecutivos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos titulares de Debêntures para cobertura do risco de sucumbência.

5.4. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

CLÁUSULA VI AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui como Agente Fiduciário da Emissão a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos titulares de Debêntures.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269972

36

- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990, conforme alterada; e
- (i) verificou, no momento em que aceitou a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão.

6.2.1. Além da presente Emissão, o Agente Fiduciário não atua em qualquer outra emissão de debêntures da Emissora, nem de sociedade coligada, controladora ou integrante de seu grupo econômico.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração:

- (a) parcelas anuais de R\$7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), a serem pagas durante o prazo de vigência da presente Emissão, sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) Dia Útil após a data de assinatura desta Escritura de Emissão, e as demais a cada aniversário anual da data do primeiro pagamento;
- (b) a remuneração será acrescida dos seguintes impostos: impostos sobre serviços de qualquer natureza (ISS ou outros), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS, e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269973

27

- (c) a parcela disposta na alínea 'a' acima será atualizada pelo IGP-M/FGV ou, na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do pagamento da primeira parcela, calculadas *pro rata die*, se necessário;
- (d) a remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- (e) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*;
- (f) o crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma desta Escritura, será acrescido à dívida da Emissora e gozará dos mesmos direitos das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento;
- (g) no caso de inadimplência no pagamento de honorários do Agente Fiduciário pela Emissora, incidirão os encargos moratórios previstos nesta Escritura de Emissão;
- (h) a remuneração do Agente Fiduciário não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após, sempre que possível, prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral, notificações, extração de certidões, fotocópias, digitalizações, envio de documentos, viagens, alimentação, transportes e estadias, custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à emissão, com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;

TEXT_SP 908959214 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269974

38

- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCERJA, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os titulares de Debêntures acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões que estejam dentro do prazo de vigência dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades, as quais deverão ser apresentadas em até 20 (vinte) dias consecutivos da data de recebimento da solicitação;
- (h) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora, e desde que justificada, auditoria extraordinária na Emissora;
- (i) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (j) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

27

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269975

29

(k) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:

- (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
- (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
- (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
- (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (v) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
- (vi) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
- (vii) pagamentos da Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (viii) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (ix) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora; e
- (x) relação dos bens e valores entregues ao Agente Fiduciário, compreendendo sua administração e/ou prepostos.

(l) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior aos titulares de Debêntures até o dia 30 (trinta) de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:

TEXT_SP 90R9592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269976

110

- (i) na sede da Emissora;
 - (ii) na sede do Agente Fiduciário;
 - (iii) na CVM;
 - (iv) na CETIP; e
 - (v) na sede do Coordenador Líder.
- (m) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos titulares de Debêntures que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (n) manter atualizada a relação dos titulares de Debêntures e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Banco Liquidante, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os titulares de Debêntures, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atender quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (o) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (p) notificar os titulares de Debêntures, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais mencionados no item 4.20 acima, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos contados da ciência da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (q) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;

12

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269977

41

- (r) disponibilizar diariamente, o Valor Nominal Unitário das Debêntures, calculado pela Emissora, aos titulares de Debêntures e aos demais participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de sua página na rede mundial de computadores;
- (s) acompanhar a manutenção dos Índices Financeiros, após o recebimento dos relatórios mencionados nos itens 5.1. (a) (vii), podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora ou fiador todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários, e informar imediatamente os titulares de Debêntures de qualquer descumprimento dos referidos índices financeiros.


6.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares das Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora;
- (c) executar os Contratos de Garantia, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos debenturistas;
- (d) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos titulares de Debêntures; e
- (e) representar os titulares de Debêntures em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário, observado o disposto no item 4.15 desta Escritura de Emissão, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (d) acima, se a totalidade dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar. Na hipótese da alínea (e), bastará a aprovação de titulares de Debêntures representando a maioria das Debêntures em Circulação.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por

TEXT_SP 9089592x4 1086/66


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269978

42

titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias consecutivos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

6.7.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos titulares de Debêntures, pedindo sua substituição.

6.7.2. É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.7.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos do item 2.4 acima.

6.7.5.1 O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos titulares de Debêntures em forma de aviso nos termos do item 4.20 acima.

6.7.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

✓

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269979

43

CLÁUSULA VII ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os titulares de Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures.

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação.

7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.4. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de titulares de Debêntures em Circulação.

7.5. Cada Debênture conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

7.6. Para efeito da constituição do quórum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta Cláusula VII, serão consideradas "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores ou de qualquer de suas coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuge. Para efeitos de quórum de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

7.7. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.8. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

7.9. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures, se for o caso, ou àquele que for designado pela CVM.

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269980

44

7.10. Exceto pelo disposto no item 7.11 abaixo ou se de outra forma prevista nesta Escritura de Emissão, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75,0% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, incluindo, mas não se limitando às seguintes: (i) substituição do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e do Escriturador Mandatário; (ii) alteração das obrigações do Agente Fiduciário, estabelecidas na Cláusula VI; (iii) renúncia de direitos ou perdão temporário (*waiver*) por parte dos Debenturistas; e/ou (iv) alterações nos procedimentos aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas, estabelecidas nesta Cláusula VII.

7.11. As alterações das características das Debêntures descritas a seguir, conforme venham a ser propostas pela Emissora, somente poderão ser realizadas mediante aprovação por Debenturistas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente, que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação: (i) a Remuneração das Debêntures, (ii) a Data de Pagamento da Remuneração, (iii) o prazo de vencimento das Debêntures, (iv) os valores e datas de amortização do principal das Debêntures, (v) as hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas no item 4.15 acima, (vi) a alteração das obrigações constantes da Cláusula V acima; e/ou (vii) a alteração dos quóruns de deliberação previstos nesta Cláusula VII.

7.12. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns nesta Escritura de Emissão, vincularão a Emissora e obrigarão todos os titulares de Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.

CLÁUSULA VIII DECLARAÇÕES DA EMISSORA

8.1. A Emissora neste ato declara que:

- (a) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, do Contrato de Distribuição e dos Contratos de Garantia, à emissão das Debêntures (em conjunto, os "Documentos da Oferta") e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os

2

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269981

45

requisitos legais e estatutários necessários para tanto, não sendo exigida qualquer outra autorização ou outro consentimento para tanto;

- (c) tem plena capacidade para cumprir com todas as suas obrigações previstas nos Documentos da Oferta;
- (d) os representantes legais que assinam os Documentos da Oferta têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (e) os Documentos da Oferta e as obrigações aqui e ali previstas constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (f) a celebração dos Documentos da Oferta, o cumprimento de suas obrigações previstas nos Documentos da Oferta e a emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora (e/ou suas controladoras e suas coligadas, diretas ou indiretas) seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora (e/ou suas controladoras e suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora (e/ou suas controladoras e suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (g) a Emissora tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- (h) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (i) não há com relação à Emissora (a) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, que possa ter ou causar um efeito adverso relevante;

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269982

46

- (j) as Demonstrações Financeiras da Emissora, datada de 31 de dezembro de 2013, representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;
- (k) todas as informações (consideradas como um todo) prestadas ao Coordenador Líder anteriormente, ou concomitantemente, à presente data, para fins de análise e aprovação da emissão das Debêntures, são corretas e verdadeiras em todos os seus aspectos relevantes na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato relevante necessário para fazer com que referidas informações (consideradas como um todo) não sejam enganosas em referido tempo à luz das circunstâncias nas quais foram prestadas;
- (l) não omitiu do Coordenador Líder nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em efeito adverso relevante;
- (m) todas as declarações que constam dos Documentos da Oferta são, na data de assinatura desta Escritura de Emissão, verdadeiras, corretas consistentes e suficientes em todos os seus aspectos materiais;
- (n) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública de debêntures da mesma espécie e de sua emissão dentro do prazo de 04 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (o) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e os Coordenadores, em observância ao princípio da boa-fé; e
- (p) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções.

8.2. A Emissora se compromete a notificar, na mesma data em que tomarem conhecimento, os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

A2

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269983

47

CLÁUSULA IX NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

CAMPO NOVO RJ PARTICIPAÇÕES S.A.

Rua Barão do Flamengo, 22, sala 902, Flamengo

CEP: 22220-900 – Rio de Janeiro - RJ

At.: Leonardo Viveiros de Castro e Tainá Camargo

Tel.: (21) 3177-0199

Fac-símile: ((21) 3177-0199

E-mail: leonardo.viveiros@leste.com e taina.camargo@leste.com

Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 303 e 304, Barra da Tijuca

CEP: 22640-102 – Rio de Janeiro – RJ

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Telefone: (21) 3385-4565

Fac-símile: (21) 3385-4046

E-mail: operacional@pentagonotrustee.com.br

Para o Banco Liquidante:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 Torre Itaúsa

CEP: 04344-902, São Paulo - SP

At.: Sr. Luiz Petito

Tel. (11) 2797-4431

Fax. (11) 2797-3140

E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269984

Para o Escriturador Mandatário:

Itaú Corretora de Valores S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400 10º andar

CEP: 04538-132, São Paulo - SP

At.: Sra. Luiz Petito

Tel. (11) 2797-4431

Fax. (11) 2797-3140

E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

Para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano

CEP 01452-001 - São Paulo, SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Tel./Fax: (11) 3111-1596 / (11) 3111-1564

E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou por e-mail serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

**CLÁUSULA X
DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares de Debêntures em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269985

49

pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula II acima, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. Qualquer alteração a esta Escritura de Emissão somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as partes.

10.4. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.5. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido ou seja encaminhado pela cedente, para se basear nas suas decisões. O Agente Fiduciário não será, ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

10.6. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos titulares de Debêntures, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos titulares de Debêntures. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos titulares de Debêntures a ele transmitidas conforme definidas pelos titulares de Debêntures e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos titulares de Debêntures ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

10.7. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os titulares de Debêntures e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão

AV

TEXT_SP 9089992v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269986

50

válidos quando previamente assim deliberado pelos titulares de Debêntures reunidos em Assembleia Geral.

10.8. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

10.9. Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerada mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.

10.10. Para os fins desta Escritura de Emissão, as partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 461, 621 e 632 do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

10.11. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.12. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

CLÁUSULA XI SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

11.1. Sem prejuízo da possibilidade de o Agente Fiduciário iniciar no foro da Cidade de São Paulo execução por quantia certa fundada nesta Escritura de Emissão, as Partes envidarão seus melhores esforços para alcançar um acordo sobre uma disputa, controvérsia ou demanda oriunda, ou relacionada a esta Escritura de Emissão, incluindo, sem limitação, qualquer questão relacionada com a existência, validade, rescisão ou violação desta Escritura de Emissão ("Controvérsia").

11.2. As Partes convencionam que toda e qualquer Controvérsia será obrigatória, exclusiva e definitivamente resolvida por meio de arbitragem, a ser instituída e processada de acordo com o Regulamento do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá por tribunal arbitral composto por três árbitros, indicados de acordo com citado Regulamento ("Tribunal Arbitral"). O procedimento arbitral terá: (i) sede na Cidade de São Paulo, local onde deverá ser proferida a

✓

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



51

sentença arbitral; (ii) como idioma oficial o Português; e (iii) como lei aplicável a da República Federativa do Brasil. O procedimento arbitral será sigiloso e deverá ser concluído no prazo de 6 (seis) meses, o qual poderá ser prorrogado motivadamente pelo Tribunal Arbitral.

1269987

11.3. A recusa, por qualquer Parte, em celebrar termo de arbitragem não impedirá que a arbitragem se desenvolva e se conclua validamente, ainda que à revelia, e que a sentença arbitral assim proferida seja plenamente vinculante e eficaz às Partes.

11.4. As Partes poderão requerer ao Poder Judiciário medidas cautelares e antecipações de tutela urgentes que não possam ser obtidas em tempo na arbitragem, sem prejuízo do julgamento posterior do mérito de tais medidas pelo Tribunal Arbitral. Quando a lei exigir que o autor da ação cautelar ajuíze ação principal ou equivalente, entender-se-á como tal a instituição da própria arbitragem. Em qualquer hipótese, o processo judicial se extinguirá sem resolução de mérito tanto que o Tribunal Arbitral conceda, confirme, altere ou revogue a medida cautelar. As Partes reconhecem ainda que a necessidade de buscar qualquer medida cautelar ou antecipação e tutela no Poder Judiciário não é incompatível com esta cláusula compromissória, nem constitui renúncia à cláusula compromissória ou sujeição das Partes à arbitragem.

11.5. Para (i) as medidas cautelares e antecipações de tutela anteriores à constituição do Tribunal Arbitral, (ii) a execução das decisões do Tribunal Arbitral, inclusive da sentença final e eventual sentença parcial, (iii) eventual ação anulatória fundada no art. 32 da Lei nº 9.307/96 e (iv) as Controvérsias que por força da legislação brasileira não puderem ser submetidas à arbitragem, fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo como o único competente, renunciando-se a todos os outros, por mais especiais ou privilegiados que sejam.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário, em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 2014.

[restante da página intencionalmente deixado em branco]

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

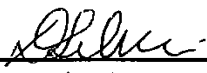
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269988

Página de assinatura 1/2 do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária a ser convolada para a Espécie com Garantia Real e Garantias Real e Fidejussória Adicionais, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de , da Campo Novo RJ Participações S.A.

CAMPO NOVO RJ PARTICIPAÇÕES S.A.



Nome: DENIS SILVA
Cargo: DIRETOR - PRESIDENTE

Nome:
Cargo:

15. OFÍCIO DE NOTAS-FERNANDA DE FREITAS LEITÃO-TABELIÃ
Rua do Ouvidor, 89, Centro (021) 3233-2600 RJ, 17 de Dezembro de 2014
RECONHECIMENTO POR SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
DENIS SILVA
FUNPERJ:0,21, FUNDEPERJ:0,21, FEI:10,87, FUNARDE:10,5, EMOL+PMCMC(2%):4,26 TOTAL:5,99
Em Testemunho _____ da verdade.
MAT. 94-5917 - LUCIANILLO DE SOUZA MACHADO - ESCRIVÃO
EARQ59814-FOP Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



TEXT_SP 9089592v4 1086/66


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269989

Página de assinatura 2/2 do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária a ser convolada para a Espécie com Garantia Real e Garantias Real e Fidejussória Adicionais, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Campo Novo RJ Participações S.A.

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS**

Nome: BRUNA ESCH DE ANDRADE FARINHA
Cargo: PROCURADORA

Testemunhas:

Nome: TAINA KUITZEN DE CAMARGO
CPF: 112.515.947-27

Nome: CLAUDIA DE SOUZA OLIVEIRA
CPF: 010.891.527-10

Adilson Wagner Firmino TABELÃO 088908AA111820
Estado dos Bandeirantes, 209 - Lojas C & D - Taquara - RJ - CEP 22710-570 - Tel: (21) 2445-8785

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
BRUNA ESCH DE ANDRADE FARINHA
Rio de Janeiro, 17 de Dezembro de 2014 Conf por _____
Em testemunho _____ da verdade

Emolumentos	R\$4,28
Impostos	R\$1,42
Total	R\$5,70

CTPS 78631 S/168M ALBERTO MARQUES DOS SANTOS-ESCREVENTE AUTORIZADO
EARS0985-QNH Consulte em "http://www3.tjrj.jus.br/sitepublico"

Ofício 2º DE NOTAS
Alberto Marques dos Santos
Escrivente
CTPS 78631 Série 108 R1

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269990

59

ANEXO I

Modelo de Carta de Fiança

MODELO DE FIANÇA

CARTA DE FIANÇA

[FIADOR], [companhia/instituição financeira] com sede na cidade de [CIDADE], estado de [ESTADO], na [ENDEREÇO], inscrito no CNPJ/MF sob o nº [•] ("**FIADOR**");

CONSIDERANDO QUE, com a autorização da Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da **CAMPO NOVO RJ PARTICIPAÇÕES S.A.**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Barão do Flamengo, 22, sala 902, parte, Flamengo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **19.560-702/0001-58** ("**EMISSIONA**" ou "**AFIANÇADA**"), realizada em 16 de dezembro de 2014 (**AGE**), devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("**JUCERJA**") sob o nº [•], em sessão de [•], foi deliberada e aprovada a realização da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária a ser convolada para a espécie com garantia real e garantia real e fidejussória adicionais, no montante de principal de R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), com vencimento em 15 de dezembro de 2017 ("**Debêntures**" e "**Emissão**", respectivamente), para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("**Oferta Restrita**" e "**Instrução CVM 476**", respectivamente);

CONSIDERANDO QUE, em 16 de dezembro de 2014, a **AFIANÇADA** e a **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 303 e 304, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de representante dos Debenturistas ("**AGENTE FIDUCIÁRIO**" ou "**BENEFICIÁRIO**"), celebraram o "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária a ser convolada para a Espécie com Garantia Real e Garantias Real e Fidejussória Adicionais, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Campo Novo RJ Participações S.A.", devidamente arquivada na JUCERJA, sob o nº [•], em sessão de [•], conforme aditado de tempos em tempos ("**Escritura de Emissão**");

CONSIDERANDO QUE, nos termos da Cláusula 4.6.3.1 da Escritura de Emissão, a **AFIANÇADA** obrigou-se a constituir uma garantia fidejussória em favor dos debenturistas representados pelo **BENEFICIÁRIO**.

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269991

SS

1. Para assegurar o cumprimento das obrigações pecuniárias, principais e acessórias, assumidas pela **AFIANÇADA** na Escritura de Emissão, o **FIADOR** assume, em caráter irrevogável e irretratável, como fiador e principal pagador, solidariamente responsável com a **AFIANÇADA**, dos valores devidos nos termos da Escritura de Emissão, incluindo despesas incorridas pelo **BENEFICIÁRIO** para excussão de qualquer garantia prevista na Escritura de Emissão, em conformidade com os artigos 818 e seguintes da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil");

2. A presente **FIANÇA** abrange o valor total das obrigações inerentes à Emissão, o qual inclui: (i) o Valor Nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, se for o caso, calculados nos termos da Escritura de Emissão; bem como (ii) todos os acessórios ao principal, inclusive o Custo de Antecipação, as despesas e custas judiciais, honorários e despesas com assessor legal, honorários e despesas com **BENEFICIÁRIO**, incluindo no caso de excussão de garantias, Banco Mandatário, CETIP e verbas indenizatórias, quando houver, nos termos do artigo 822 do Código Civil ("Obrigações Garantidas"), obrigações estas desde já reconhecidas pelo **FIADOR** como líquidas e certas, nos termos e para os fins dos artigos 818 e 821 do Código Civil Brasileiro;

3. O **FIADOR**, nos termos do artigo 828, I e II, do Código Civil, renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 821, 827, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil e 77 e 595 da Lei 5.869 de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

4. A presente **FIANÇA** é válida a partir da data de assinatura até 60 (sessenta) dias após a Data de Vencimento, podendo o **FIADOR** ser comunicado da ocorrência de eventual inadimplemento das Obrigações Garantidas até as 16:00 hs do décimo dia útil seguinte ao do vencimento da **FIANÇA**, desde que o inadimplemento tenha ocorrido até o vencimento da **FIANÇA**.

5. A presente **FIANÇA** é exigível, a qualquer tempo, nas hipóteses previstas na Cláusula 4.15.1, alíneas (a), (d), (f), (g), (i), (k), (n), (o), (q), (r), (t), (v), (x), (z), (bb), (cc), (ee), (gg), (ii), (jj), (ll), (mm), (pp), (rr) ou (ss) da Escritura de Emissão. Com relação às demais hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 4.15.1, fica desde já entendido que esta **FIANÇA** somente será exigível a partir da Data de Vencimento das Debêntures.

6. Até que seja extinta a presente **FIANÇA**, o **FIADOR** obriga-se a efetuar o pagamento das importâncias que forem exigidas pelo **BENEFICIÁRIO** em decorrência das Obrigações Garantidas, no prazo de até (i) 1 um Dia Útil a partir da Data de Vencimento das Debêntures ou (ii) 5 (cinco) Dias Úteis a contar do recebimento da solicitação do **BENEFICIÁRIO** informando a falta de pagamento das Obrigações Garantidas, por escrito, entregue na sede do **FIADOR** ("Notificação de Pagamento"), na ocorrência de uma dos previstos na Cláusula 4.15.1, alíneas (a), (d), (f), (g), (i), (k), (n), (o), (q), (r), (t), (v), (x), (z), (bb), (cc), (ee), (gg), (ii), (jj), (ll), (mm), (pp), (rr) ou (ss) da Escritura de Emissão.

7. O pagamento do valor total das Obrigações Garantidas deverá ser efetuado independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que o **AFIANÇADO** venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações e será realizado mediante depósito a vista, em moeda

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



nacional, em conta corrente a ser indicada pelo **BENEFICIÁRIO** na Notificação de Pagamento. Todos os pagamentos realizados pelo **FIADOR** nos termos da presente **FIANÇA** deverão ser liquidados de deduções ou retenções fiscais, de tal forma que os Debenturistas recebam quantia igual à que receberiam caso o pagamento fosse feito na forma estabelecida na **ESCRITURA**.

56

1269992

8. O **FIADOR** declara e garante que:

- i. conhece e concorda com todos os termos da Escritura de Emissão, dos Contratos de Alienação Fiduciária, Acordo de Acionista, Acordo de Investimento, Contrato de Depósito e do Contrato de Cessão Fiduciária e adere, de forma incondicional, ao disposto nas na Cláusula 4.6.3 e seguintes da Escritura de Emissão, o qual vincula e regula, de pleno direito, os termos desta **FIANÇA**.
- ii. possui plena capacidade e autoridade, dispondo de todas as autorizações, inclusive governamentais e societárias, necessárias, para firmar esta **FIANÇA** e assumir as obrigações aqui previstas, sendo as aprovações societárias devidamente registradas na Junta Comercial aplicável;
- iii. a assinatura desta **FIANÇA**, o cumprimento de suas aqui obrigações não infringe ou contraria (i) qualquer contrato ou documento no qual o **FIADOR** seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; ou (b) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que o **FIADOR** ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete o **FIADOR** ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- iv. a presente **FIANÇA** constitui uma obrigação válida do **FIADOR** e exequível contra este, de acordo com os termos aqui presentes; e
- v. nenhuma objeção ou oposição da **AFIANÇADA** poderá, ainda, ser admitida ou invocada pelo **FIADOR** com o objetivo de se escusar do cumprimento de suas obrigações perante **BENEFICIÁRIO**.

9. A presente **FIANÇA** é submetida a registro nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das sedes do **FIADOR**, da **AFIANÇADA** e do **BENEFICIÁRIO**, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis a contar da sua assinatura, sendo certo que, o **FIADOR** deverá enviar ao **BENEFICIÁRIO** tempestivamente após o registro, 1 (uma) via original da presente **FIANÇA** devidamente registrada nos Cartórios de Títulos e Documentos das sedes mencionadas acima.

10. Exceto se de outra forma aqui disposto, os termos aqui utilizados iniciados em maiúsculo e não definidos terão o significado a eles atribuídos na Escritura de Emissão. Todas as referências aqui contidas a quaisquer outros contratos ou documentos deverão ser consideradas como referências a tais instrumentos conforme alterados, aditados ou modificados, na forma como se encontrem em vigor.

21

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



97

11. A presente **FIANÇA** obriga o **FIADOR** e seus sucessores a qualquer título, pelas obrigações aqui estabelecidas.

11. A presente **FIANÇA** é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

126999312. Sem prejuízo da possibilidade de o **BENEFICIÁRIO** iniciar no foro da Cidade de São Paulo execução por quantia certa fundada nesta **FIANÇA**, as partes enviares seus melhores esforços para alcançar um acordo sobre uma disputa, controvérsia ou demanda oriunda, ou relacionada a esta **FIANÇA**, incluindo, sem limitação, qualquer questão relacionada com a existência, validade, rescisão ou violação desta **FIANÇA** ("Controvérsia").

12.1. As partes convencionam que toda e qualquer Controvérsia será obrigatória, exclusiva e definitivamente resolvida por meio de arbitragem, a ser instituída e processada de acordo com o Regulamento do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá por tribunal arbitral composto por três árbitros, indicados de acordo com citado Regulamento ("Tribunal Arbitral"). O procedimento arbitral terá: (i) sede na Cidade de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral; (ii) como idioma oficial o Português; e (iii) como lei aplicável a da República Federativa do Brasil. O procedimento arbitral será sigiloso e deverá ser concluído no prazo de 6 (seis) meses, o qual poderá ser prorrogado motivadamente pelo Tribunal Arbitral.

12.2. A recusa, por qualquer parte, em celebrar termo de arbitragem não impedirá que a arbitragem se desenvolva e se conclua validamente, ainda que à revelia, e que a sentença arbitral assim proferida seja plenamente vinculante e eficaz às partes.

12.3. As partes poderão requerer ao Poder Judiciário medidas cautelares e antecipações de tutela urgentes que não possam ser obtidas em tempo na arbitragem, sem prejuízo do julgamento posterior do mérito de tais medidas pelo Tribunal Arbitral. Quando a lei exigir que o autor da ação cautelar ajuíze ação principal ou equivalente, entender-se-á como tal a instituição da própria arbitragem. Em qualquer hipótese, o processo judicial se extinguirá sem resolução de mérito tanto que o Tribunal Arbitral conceda, confirme, altere ou revogue a medida cautelar. As partes reconhecem ainda que a necessidade de buscar qualquer medida cautelar ou antecipação e tutela no Poder Judiciário não é incompatível com esta cláusula compromissória, nem constitui renúncia à cláusula compromissória ou sujeição das partes à arbitragem.

12.4. Para (i) as medidas cautelares e antecipações de tutela anteriores à constituição do Tribunal Arbitral, (ii) a execução das decisões do Tribunal Arbitral, inclusive da sentença final e eventual sentença parcial, (iii) eventual ação anulatória fundada no art. 32 da Lei nº 9.307/96 e (iv) as Controvérsias que por força da legislação brasileira não puderem ser submetidas à arbitragem, fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo como o único competente, renunciando-se a todos os outros, por mais especiais ou privilegiados que sejam.

21

[Local e data]

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269994

59

Anexo I à Carta de Fiança

Cópia da Escritura de Emissão

Cópia dos Contratos de Alienação Fiduciária

Cópia do Contrato de Cessão Fiduciária

Cópia do Acordo de Acionistas

Cópia do Acordo de Investimento

Cópia do Contrato de Depósito *22*

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Berwanger
Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269995

60

Anexo II

Modelo de Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária a ser convolada para a Espécie com Garantia Real e Garantias Real e Fidejussória Adicionais, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Campo Novo RJ Participações S.A.

Pelo presente aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária a ser convolada para a Espécie com Garantia Real e Garantias Real e Fidejussória Adicionais, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Campo Novo RJ Participações S.A. ("Aditamento"), as seguintes partes:

CAMPO NOVO RJ PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações, com sede no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Barão do Flamengo, 22, sala 902, parte, Flamengo, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o n.º 19.560.702/0001-58, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora" ou "Companhia");

e, como agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das debêntures da primeira emissão pública de debêntures da Emissora ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista"),

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 303 e 304, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social, representando a comunhão dos Debenturistas da presente emissão ("Agente Fiduciário");

PREÂMBULO

CONSIDERANDO QUE, de acordo com a autorização da Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora, realizada em 16 de dezembro de 2014 ("AGE"), devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o n.º [●], em sessão de [●], foi deliberada e aprovada a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, ou seja, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária a ser convolada para a Espécie com Garantia Real e Garantias Real e Fidejussória Adicionais, da Emissora ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), que foi objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Oferta Restrita" e "Instrução CVM 476", respectivamente);

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269996

61

Considerando que, em 16 de dezembro de 2014, a Emissora e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, celebraram o “Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária a ser convolada para a Espécie com Garantia Real e Garantias Real e Fidejussória Adicionais, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Campo Novo RJ Participações S.A.”, devidamente arquivada na JUCERJA, sob o nº [●], em sessão de [●], conforme aditado de tempos em tempos (“Escritura de Emissão”);

Considerando que, conforme disposto na Cláusula 4.6. da Escritura de Emissão, a Emissora constituiu [alienação fiduciária sobre a totalidade das ações detidas por [●], (incluir qualificação), e de emissão de [●], (incluir qualificação)] ou [garantia fidejussória por meio de carta de fiança de emissão da [●], (incluir qualificação)] ou [cessão fiduciária de direitos creditórios de conta(s) bancária(s) de sua titularidade], para garantir o cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora na Escritura de Emissão;

RESOLVEM celebrar o presente Aditamento, de acordo com os seguintes termos e condições para alterar a espécie das Debêntures de “quirografária” para [espécie com garantia real // garantia real adicional // garantia fidejussória adicional];

1. Os termos em letras maiúsculas ou com iniciais maiúsculas empregados e que não estejam de outra forma definidos neste Aditamento são aqui utilizados com o mesmo significado atribuído a tais termos na Escritura de Emissão. Todos os termos no singular definidos neste Aditamento deverão ter os mesmos significados quando empregados no plural e vice-versa.
2. O presente Aditamento é celebrado com base nas deliberações da AGE;
- 2.1. Este Aditamento deverá ser protocolizado para registro na JUCERJA, nos termos da Cláusula 4.6.1.1 da Escritura de Emissão, no prazo de 5 (cinco) dias consecutivos a contar da presente data.
3. Tendo em vista o disposto na Cláusula 4.6. da Escritura de Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário concordam em alterar a Cláusula 4.5 da Escritura de Emissão, que passa a vigorar com a nova redação que lhes são atribuídas abaixo:

“4.5. ESPÉCIE

As Debêntures serão da espécie [espécie com garantia real // garantia real adicional // garantia fidejussória adicional], nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

4. Tendo em vista as alterações previstas na Cláusula 3 do presente Aditamento, as Partes concordam que todas as referências na Escritura de Emissão ao termo “espécie quirografária”

TEXT_SP 908992v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2

62



1269997

deverão ser substituídas pela expressão [espécie com garantia real // garantia real adicional // garantia fidejussória adicional].

5. A Emissora confirma que as declarações e garantias constantes da Escritura de Emissão se aplicam, *mutatis mutandis*, a este Aditamento e permanecem válidas e eficazes nesta data.

6. Todas as disposições da Escritura de Emissão que não foram expressamente aditadas ou modificadas por meio do presente Aditamento permanecerão em vigor de acordo com os termos da Escritura de Emissão.

7. Este Aditamento é regido pelas Leis da República Federativa do Brasil.

7.1. Sem prejuízo da possibilidade de o Agente Fiduciário iniciar no foro da Cidade de São Paulo execução por quantia certa fundada neste Aditamento, as Partes envidarão seus melhores esforços para alcançar um acordo sobre uma disputa, controvérsia ou demanda oriunda, ou relacionada a este Aditamento, incluindo, sem limitação, qualquer questão relacionada com a existência, validade, rescisão ou violação deste Aditamento ("Controvérsia").

7.2. As Partes convencionam que toda e qualquer Controvérsia será obrigatória, exclusiva e definitivamente resolvida por meio de arbitragem, a ser instituída e processada de acordo com o Regulamento do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá por tribunal arbitral composto por três árbitros, indicados de acordo com citado Regulamento ("Tribunal Arbitral"). O procedimento arbitral terá: (i) sede na Cidade de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral; (ii) como idioma oficial o Português; e (iii) como lei aplicável a da República Federativa do Brasil. O procedimento arbitral será sigiloso e deverá ser concluído no prazo de 6 (seis) meses, o qual poderá ser prorrogado motivadamente pelo Tribunal Arbitral.

7.3. A recusa, por qualquer Parte, em celebrar termo de arbitragem não impedirá que a arbitragem se desenvolva e se conclua validamente, ainda que à revelia, e que a sentença arbitral assim proferida seja plenamente vinculante e eficaz às Partes.

7.4. As Partes poderão requerer ao Poder Judiciário medidas cautelares e antecipações de tutela urgentes que não possam ser obtidas em tempo na arbitragem, sem prejuízo do julgamento posterior do mérito de tais medidas pelo Tribunal Arbitral. Quando a lei exigir que o autor da ação cautelar ajuíze ação principal ou equivalente, entender-se-á como tal a instituição da própria arbitragem. Em qualquer hipótese, o processo judicial se extinguirá sem resolução de mérito tanto que o Tribunal Arbitral conceda, confirme, altere ou revogue a medida cautelar. As Partes reconhecem ainda que a necessidade de buscar qualquer medida cautelar ou antecipação e tutela no Poder Judiciário não é incompatível com esta cláusula compromissória, nem constitui renúncia à cláusula compromissória ou sujeição das Partes à arbitragem.

7.5. Para (i) as medidas cautelares e antecipações de tutela anteriores à constituição do Tribunal Arbitral, (ii) a execução das decisões do Tribunal Arbitral, inclusive da sentença final e eventual sentença parcial, (iii) eventual ação anulatória fundada no art. 32 da Lei nº 9.307/96 e (iv) as Controvérsias que por força da legislação brasileira não puderem ser submetidas à arbitragem, fica

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDBF02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269998

eleito o Foro da Comarca de São Paulo como o único competente, renunciando-se a todos os outros, por mais especiais ou privilegiados que sejam.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente Aditamento a Emissora e o Agente Fiduciário, em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, [•] de [•] de [•].

CAMPO NOVO RJ PARTICIPAÇÕES S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome:

Cargo:

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

TEXT_SP 9089592v4 1086/66

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2



1269999

[FIADOR]

De Acordo:

Beneficiário:

Testemunhas:

1. _____
Nome:
Cargo:

2. _____
Nome:
Cargo:

Handwritten signature

Handwritten number 58

TEXT_SP 9089592\4 1086/66

Handwritten signature
Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CAMPO NOVO RJ PARTICIPACOES S A
Nire: 33300310797
Protocolo: 0020144260808 - 17/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1B823B17CD6BBDB8F02A6434D16FB28519553549D752C5987DA8CE14E53EEF76
Arquivamento: ED33000592-000/2